



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 106

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	1924
ADVOCACIA GERAL	1927
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1929
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1930

TAQUIGRAFIA

29ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 06 de junho de 2018

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
LÉO MORAES - Deputado
AIRTON GURGACZ - Deputado

Secretariado pelo Sr.

LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 09 horas e 11 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (MDB), Ezequiel Júnior (PRB), Geraldo da Rondônia (PHS), Herminio Coelho (PDT), Jean Oliveira (MDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (MDB), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (MDB), Ribamar Araújo (PR) e Rosângela Donadon (MDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Anderson do Singeperon (PV), Laerte Gomes (PSDB), Luizinho Goebel (PV), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (MDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 29ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário proceder a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida a Ata, senhor Presidente.

(Às 09 horas e 18 minutos o Sr. Edson Martins passou a Presidência ao Sr. Léo Moraes).

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações dou por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofícios nºs 2320 e 2321/2018 – Governo do Estado, encaminhando repostas as Indicações Parlamentares nºs 4910 e 4913/18, de autoria do Senhor Deputado Lázinho da Fetagro.
02 – Ofício nº 2323/2018 – Governo do Estado, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 4907/18, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

03 – Ofício nº 2326/2018 – Governo do Estado, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 4922/18, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

04 – Ofício nº 481/2018 – Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a Lei Complementar nº 741/2013, objeto da ADIN nº 0800509-79.2018.8.22.0000.

05 – Ofício nº 475/2018 – Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a Lei 4.008/2017, objeto da ADIN nº 0802610-26.2017.8.22.0000.

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manweiler*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

06 – Ofício Circular nº 14/2018 – SEDAM, encaminhando a esta Casa de Leis Atualização do Decreto nº 12180/2006, solicitando a sua conceituada Instituição a manifestação via Ofício do interesse em continuar fazendo parte da referida estrutura – CIEARO.

07 – Ofício nº 781/2018 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia na íntegra do processo legislativo referente à elaboração e à aprovação da Lei Complementar nº 822/2015.

08 – Ofício nº 775/2018 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia na íntegra do processo legislativo referente à elaboração e à aprovação da Lei nº 2.366/2010.

09 – Ofício nº 0334/2018 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Decisão Monocrática nº 137/2018/GCWCS, no processo-e nº 01891/18/TCE-RO.

10 – Ofício nº 0152/2018 – SEPOG, encaminhando Relatório de Monitoramento 1º quadrimestre de 2018.

11 – Ofício nº 821/2018 – Ministério Público do Estado, solicitando no prazo de 10 dias, documentação comprobatória das medidas adotadas quanto a revogação da Emenda Constitucional 118/2016, assim como na Notificação Recomendatória 02/2017.

12 – Ofício nº 118/2018 – Câmara Municipal de Guajará-Mirim, encaminhando Nota de Repúdio ao Parlamentar desta Casa de Leis.

13 – Ofício nº 2279/2018 – Governo do Estado, encaminhando para conhecimento e adoção de medidas pertinentes a tabela de Cursos de formação de militares estaduais.

14 – Ofício nº 45/2018 – Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Estado, encaminhando manifesto contrário à aprovação do Projeto de Lei que trata da criação de Regime de Escala de Revezamento no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia.

15 – Ofício nº 0735/2018 – CAIXA, encaminhando cópia de Notificação de Tomada de Contas Especiais, tendo por finalidade “Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Apoio ao Serviço de Extensão Rural do Estado de Rondônia”.

16 – Ofício nº 0743/2018 – CAIXA, encaminhando cópia de Notificação de Tomada de Contas Especiais, tendo por finalidade “Aquisição de câmara de resfriamento e congelamento, micro trator e implementos”.

17 - Ofício nº 0747/2018 – CAIXA, encaminhando cópia de Notificação de Tomada de Contas Especiais, tendo por finalidade “Implementação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à efetivação da regularização fundiária de assentamentos irregulares urbanos e municípios do Estado de Rondônia”.

18 – Ofício nº 0735/2018 – CAIXA, encaminhando cópia de Notificação de Tomada de Contas Especiais, tendo por finalidade “Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Apoio ao Serviço de Extensão Rural do Estado de Rondônia”.

19 – Ofício s/n/2018 – Associação Brasileira de Agências de Viagens de Rondônia, solicitando apoio dos Parlamentares desta Casa de Leis para regulamentar de forma específica o Serviço de Translado de passageiros.

20 – Memorando nº 245/2018 – Gabinete Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando ciência do Ofício nº 2280/2018/GOV-RED, referente ao curso de formação inicial dos Militares Estaduais.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Passemos as Breves Comunicações.

Com a palavra pelo prazo de cinco minutos sem apurtes, o Ilustre Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, também nós temos hoje a visita aqui do pessoal que está aguardando o projeto que vai ser votado hoje aqui para que a gente coloque, disponibilize, numa ação aqui dos 24 Deputados junto com o Deputado Maurão, os R\$ 2 milhões para autorizar que o pessoal consiga fazer o seu concurso e com certeza fizeram o concurso com muito sacrifício e parabenizar o Governo do Estado que prolongou o concurso também e além disso, prometeu então um acordo que foi feito com esta Casa, junto com a assessoria do atual Governador e ficou para definir hoje as pessoas, para chamar o remanescentes do concurso da Polícia Militar. Eu tenho certeza que o Governo sensibilizado, vai trazer a possibilidade de todos fazerem para que depois gradativamente seja chamado e que a Polícia Militar hoje está faltando, hoje tem mais de 400 policiais já com idade para aposentar, já aposentou muita gente; nós precisamos renovar então os quadros da Polícia Militar. Então, parabenizar pela persistência de vocês, pela garra, e hoje graças a Deus num consenso aí, eu acho que vai dar certo. Quero aproveitar esse momento Senhor Presidente, Deputado Léo Moraes que está na Presidência hoje, falar sobre um assunto muito importante quando se fala de agricultura, a questão do meio ambiente é muito importante, porque hoje é muito questionada, muitas vezes é responsabilizado os agricultores na questão ambiental. Mas, às vezes, falta Lei, falta definição, tem muitas interpretações nas Leis e muitas vezes são pessoas Deputado Lebrão, são acusadas, são envolvidas em operações sem ter culpa; porque a Lei não está clara, porque as Leis deixam dúvidas e aí hoje; o Marcos Rogério, hoje, o Deputado Federal, Presidente do nosso partido, ele é relator, onde está discutindo a Lei “Marco” Ambiental, que é a Lei, o licenciamento, trata do licenciamento ambiental. E ontem conversando, semana passada, anteontem com o Deputado Marcos Rogério e ele está tentando fazer um consenso para que não haja polêmica, muita polêmica, porque é um setor, uma área muito polêmica hoje para ser discutida e está passando para que os Estados, cada estado e achei boa a ideia dele, nas questões regionais, nas questões ambientais de cada estado, aquilo que for tema que tem que ser federal, que permaneça no Governo Federal, como construção de hidrelétrica, outras coisas. Mas, a questão particularmente quando se trata de mecanização, a questão ambiental local, nós temos o nosso Brasil que é muito grande, uma Lei que é boa para Rondônia, pode não ser boa para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, no Pará. Então, eu gostei da ideia que ele deu, principalmente quando se trata das questões ambientais menores, passar para que os Estados, as Assembleias Legislativas dos Estados adaptem à Lei para que depois possa fazer dentro da realidade de cada estado. E nós também temos que ver aqui a realidade de cada município depois, para gente também deixar autonomia para as Câmaras de Vereadores e os municípios também, principalmente em cima de pequenas ações, é uma vergonha hoje que está atrasando uma ponte, a construção de uma ponte por causa de uma licença ambiental, uma ponte que existe há 30, 40 anos e ela vai ser recuperada, tem que deslocar um técnico para fazer uma licença ambiental porque Deputado Lebrão? São umas coisas que não tem justificativa. O agricultor que doa um cascalho para o DER ou para Prefeitura para poder fazer, para poder fazer, recuperar estradas, ele não está vendendo, ele está doando; eles querem que fazem registro da cascalheira. Paga taxa na SEDAM, leve um técnico lá no lote dele e depois esse pedaço onde deu cascalho não é mais dele, vai ficar público. Então, não existe isso e a partir do ano que vem o Tribunal de

Contas diz que todo mundo vai exigir. Mas, é porque esse país não tem Lei, não está esclarecida essas Leis que existem. Então, nós precisamos tirar uma licença ambiental para instalar um tanque de leite? Deputado Lebrão, é uma vergonha, tanque de leite, recebe o leite; o laticínio vai lá e busca o leite, é construído dentro de uma casinha, tem todas as exigências e para que essa burocracia? Então, se a pessoa colocar uma bomba de água para irrigar um hectare de café, botar aquela bomba; é uma burocracia, tem que ter "outorga" para ir lá buscar aquela água, é nossa, a natureza, Deus deu esta água, temos que usufruir, daqui a pouco vai exigir que um boi para tomar água, vai ter que ter licença ambiental, a vaca vai ter que ir lá, nós vamos ter que ir lá tirar uma licença ambiental para poder tomar aquela água. Isso é uma vergonha nesse país. Nós precisamos ter leis, e nós esperamos agora que está sendo discutido esse assunto lá no Congresso Nacional, lá na Câmara dos Deputados, façam uma Lei adequada que não atrapalhe o desenvolvimento do País. Nós temos um País enorme um dos maiores do mundo, e nós podemos produzir muito mais. O mundo precisa de comida, o mundo precisa de produção e muitas vezes a gente fica, por causa dessas amarrações, ficam as pessoas hoje pelo IBGE hoje em Rondônia, a maior quantidade de pessoas pobres, estão na área rural, está lá no campo e nós ficamos atrapalhando a vida deles. Eles não podem fazer um poço para irrigar um hectare de café, hoje se eles tirarem autorização para irrigar pela SEDAM, para irrigar aquele hectare de café, fica mais cara a autorização do que o equipamento todo, isso é uma vergonha. Então, nós precisamos que essas ações de pequeno impacto, que não atrapalham ninguém, que não destroem ninguém; por que não reclamam lá do Tietê em São Paulo? Por que não reclamam dessas grandes indústrias? Às vezes tem ambientalista que fala até que o gado esterca, e aquilo cria poluição, isso é uma vergonha. E as pessoas que moram lá em São Paulo, estão fazendo todos os dias as necessidades, será que não está também criando um problema? Então, nós precisamos que tenham bom senso, que nós precisamos ter leis mais claras para que a gente consiga produzir e não atrapalhar, todo excesso tem que combater. A 319, aqui é um exemplo de Manaus, quando foi construída na época, não teve burocracia para destruir a mata, para poder fazer, agora para recuperar está todo mundo enchendo o saco, pelo amor de Deus. Este País, não tem, já está aberta a estrada, para que tem que ter licença ambiental para poder, se já está construída a estrada? Então, nós precisamos e tomara, e eu fico preocupado quando fazem uma hidrelétrica, passam por tudo, por cima das Leis, atropelam tudo, destroem as pessoas, destroem as propriedades das pessoas e ninguém dá bola para nada Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Só uma questão de ordem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não Deputado.

O SR. LEBRÃO – Parabenizar Vossa Excelência pelo seu discurso. Infelizmente falta o bom senso, e o que é pior? A bancada Federal da Região Norte do Brasil, ela é muito pequena, nós estamos sendo massacrados pela bancada da Região Sul do Brasil. E hoje Vossa Excelência colocou muito bem, quem conhece o Rio Tietê, Tamanduateí, a Baía de Guanabara, ali sim tem poluição. E infelizmente, eles não criticam, e está faltando a bancada da Região Norte, fazer essas críticas também, tanto se critica os veículos de comunicações, critica o Governo Militar que já governou esse País. E Vossa Excelência colocou muito bem a BR 319, que já foi pavimentada, e não tinha esse negó-

cio de licenciamento ambiental e nem IBAMA para atrapalhar não. Maior projeto de assentamento do mundo é o Estado de Rondônia, que eles ajudaram a poder essa região se desenvolver, e hoje o Estado, é esse Estado pujante que representa os grandes Estados da Federação. E a Transamazônica que nasce lá em São Luiz do Maranhão, e que morre em Manoel Urbano, no Acre, é um dos maiores projetos que nós tínhamos para evacuar o sertão nordestino, que é totalmente inviável e que nunca vai ter a solução, infelizmente quando caiu nas mãos do civil, aconteceu o que está acontecendo hoje. Até hoje, não tem pavimentação, as agrovilas, elas se acabaram por muitos anos, e hoje começa a ser povoada porque o brasileiro vai na raça contra a legislação ambiental, que é covarde, que é criminoso principalmente com a Região Norte, e nós queremos a revisão do Código Florestal daqui a dois anos. Então, nós teremos que ter uma ação muito concreta da Bancada Federal, para a gente dar condições para que a população que escolheu a Região Norte, nós em especial o Estado de Rondônia, para aqui viver e constituir as suas famílias, a gente tem que ter a oportunidade de continuar aqui. Se continuar da maneira que está indo certamente, nós teremos que fazer o caminho de volta e entregar isso aqui para os países mais ricos que hoje comandam o Brasil investido em políticos corruptos, que não tem compromisso com a sociedade e que lamentavelmente vendem o povo brasileiro pela miséria do povo que aqui vive e esse alto índice de criminalidade que acontece em nível de país. Então, nós temos que tomar hoje muito cuidado para que a gente possa ter realmente um Presidente, nacionalista e ruralista e uma bancada totalmente ruralista, para defender o Brasil de uma maneira geral, não discriminando as regiões aqui deste País, parabéns Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parabéns Deputado Lebrão, pelo seu pronunciamento, pelo seu aparte. E dizer o seguinte: que só para concluir que nós lamentamos, inclusive domingo passado, se não me engano, no Fantástico, diziam que serão punidas todas as pessoas que produziram gado, Deputado Lebrão, que produziram gado em áreas desmatadas. Eu quero saber qual boi que foi produzido igual macaco no mato, todos foram áreas desmatadas, e a região Norte, nós aqui até o Rio de Janeiro, tudo era mata, então tem que respeitar quem produz, 'ah quem produziu em áreas desmatadas', nem fala ilegal não, áreas desmatadas serão todos frigoríficos multados, todo produtor multado, e o grande culpado hoje de não estar regularizado mais, de não trabalhar mais certo é a falta de regularização fundiária, é a culpa do Estado, é a omissão do Estado, quem não sabe que todo mundo avançou depois que o INCRA foi atrás regularizar, 90% das propriedades de Rondônia são desse jeito, e aí o Estado chega muito atrasado, por isso que alguém se julga no direito de derrubar onde não é para derrubar, então se legalizasse as áreas que pudesse legalizar. Então eu faço um apelo aqui ao Congresso Nacional, todos tem que trabalhar, esse INCRA já foi muito forte, hoje não consegue fazer aquilo que tem que fazer, criaram o Terra Legal também e não consegue, então é falta de regularização fundiária é que permite o desmatamento onde não pode ser. Então quero dizer que essa questão que está sendo discutida hoje e o Deputado Marcos Rogério é o relator lá na Câmara dos Deputados, esperamos que seja bem discutida e que deixe aquilo que for particularidade de cada Estado deixe para cada Estado definir e nós aqui temos que nos debruçar em cima das nossas leis e adaptar então à lei federal, à lei do Congresso Nacional e melhorar a vida do cidadão. Quem quiser produzir tem que deixar produzindo. Desculpa Presidente

por ter prolongado um pouco o tempo, mas é um tem que achei muito importante, relevante, porque ontem era o Dia do Meio Ambiente e nós não podemos deixar de fazer este discurso já que está sendo discutido também lá no Congresso Nacional. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos ao deputado Adelino Follador pela participação nas Breves Comunicações, e passamos a palavra ao Deputado Ezequiel Junior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Sr. Presidente, neste momento o Deputado Léo Moraes presidindo os trabalhos nesta Casa de leis, aliás, Deputado Léo ficou bem nessa cadeira aí de presidente, parabéns pela postura. Presidente, amigos que estão aqui presentes e quem nos assiste através da TV ALE, infelizmente o assunto que me traz hoje a tribuna aqui é muito triste, é com pesar que eu quero registrar aqui o falecimento de um pioneiro deste Estado, de um cidadão que dedicou décadas do seu trabalho, do seu esforço, da sua vida ao município de Porto Velho, ao Estado de Rondônia, Altenísio José de Albuquerque, ele infelizmente sofreu um infarto do miocárdio, infarto fulminante no domingo e mesmo com todo recurso da medicina não conseguiu superar esse problema e ontem à tarde infelizmente ele veio a óbito. Ele que nasceu no Acre, nasceu na cidade de Tarauacá no dia 30 de dezembro de 1957, era engenheiro florestal, farmacêutico, trabalhou no INCRA durante décadas e deixou um legado de grandes serviços prestados ao Estado de Rondônia, um dos amigos que eu conquisei ao longo desses últimos três anos aqui na cidade de Porto Velho. Ele deixa esposa senhora Lúcia de Araújo Albuquerque, e também cinco filhos, e o Altenísio além de engenheiro florestal e farmacêutico ele dedicou também uma boa parte dos anos em que esteve aqui neste plano ao Centro Espírita Beneficente União do Vegetal ocupando cargos importantes atualmente e até o mês de janeiro passado ele era o responsável aqui pela região de Porto Velho, que engloba Guajará-Mirim, Porto Velho, Candeias do Jamari, Extrema, e pôde fazer um bom trabalho. Foi ele que cuidou junto com o advogado Dr. Irlan da redação daquele projeto que nós votamos aqui há dois anos que institui a liberdade religiosa da Hoasca e ele foi um dos mentores daquele projeto, uma das bandeiras dele, e com apoio unânime desta Casa nós conseguimos aprovar aquele projeto e hoje é lei e daquela lei nasceu uma certidão ambiental. Então é um momento de tristeza para toda família da União do Vegetal do Estado de Rondônia, porque o Altenísio, ele se dedicou muito a obra da UDV no Estado de Rondônia, e deixou muitos amigos ao longo da sua caminhada, ele cativou muitos amigos, era uma pessoa muito simples, muito dedicada e que não media esforços para auxiliar quem precisasse de qualquer tipo de apoio, principalmente na área da saúde. Então, é consternado com pesar, que eu venho deixar esse registro aqui nos Anais desta Casa, do falecimento desse pioneiro, dessa pessoa que não pode ser esquecida pelos seus feitos, é o que fica para nós Deputado Lebrão, e nós fazemos. A nossa matéria, o nosso corpo se acaba, agora os nossos feitos é que tem que permanecer e, ele deixou 05 filhos, todos os 05 formados, inclusive um filho médico. Então, foi um exemplo, também, de pai de família. Presidente era o que eu tinha para esse momento, muito obrigado.

O SR. LEBRÃO - Questão de Ordem, senhor Presidente. Quero registrar e agradecer a presença do Vereador Diogo, lá de Novo Horizonte, mas precisamente Migrantinópolis, estaremos lá na próxima semana inaugurando a reforma de uma escola e

a climatização, com a emenda do Deputado Lebrão e do Deputado Maurão, um pedido de Vossa Excelência, que sem dúvida nenhuma faz um grande trabalho, iniciando a sua carreira como Vereador, e sem dúvida nenhuma, ainda vai galgar muitos outros cargos no cenário político do Estado de Rondônia. Muito obrigado, nos sentimos honrado com a presença de Vossa Excelência aqui na nossa galeria e todas as pessoas que ocupam assento nesta Sessão plenária desse grande dia aqui em Rondônia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Isso aí fica a lamentação e o pesar de toda a Assembleia Legislativa em nome do Presidente Maurão pelos grandes feitos e realizações desse colega que partiu. Registrar a presença do Excelentíssimo senhor Vereador Diogo, como já bem disse o Deputado Lebrão, parabenizar o Deputado Lebrão pelas ações no município de Novo Horizonte, juntamente com o Presidente Maurão, Excelentíssimo senhor Vereador Rogério Soares da Câmara Municipal de Cacoal, seja bem-vindo. Corazinho, Vereador Valdomiro Corá, da Câmara Municipal de Cacoal, está aqui conosco, um abraço, ali o Rogério ao lado dele, o seu chapéu de sempre, seja bem-vindo também; Gercino Garcia, Câmara Municipal de Colorado do Oeste, bom dia, seja bem-vindo a nossa Casa e o Hans Muller, que representa a juventude do Partido dos Democratas do Município de Porto Velho. Gostaríamos de passar a palavra para Deputado Airton Gurgacz, Airton Gurgacz está presente? Tempo de cinco minutos, a palavra está concedida a Vossa Excelência, Deputado Airton.

O SR. AIRTON GURGACZ - Obrigado Presidente Léo. Quero fazer uma saudação a todos os deputados aqui presentes nesta Casa; aos nossos funcionários; as pessoas que estão aqui na plateia, vereadores; prefeitos; secretários. E, a minha vinda aqui hoje, Presidente, é para falar da nossa 7ª Rondônia Rural Show, que aconteceu em Ji-Paraná, parabenizar o nosso Secretário José Paulo pelo grande trabalho que fez lá por nós nessa 7ª Rondônia Rural Show, não esquecer também do Padovani, que ficou por 05 anos à frente do Rondônia Rural Show e que fizeram um grande trabalho. Também falar do Administrador, o Valdir Pinheiro, que é o vulgo Maritaca e, também, falar do nosso Governador Daniel pereira por ter transferido a nossa Capital do Estado para Ji-Paraná, durante 04 dias, dia 23, dia 24, dia 25 e 26. Então, a gente fica feliz por ser ji-paranaense, morar lá por mais de 43 anos, na nossa cidade. Tivemos uma feira espetacular, tivemos também, claro que, uns pequenos atrapalhos, onde diminuiu as negociações, foram 533 milhões de negócios, tivemos 400 exposições, mas tudo isso, ocorreu devido à questão da greve dos caminhoneiros, aonde nós não tínhamos combustível no interior da cidade e, também, a gente tem que reconhecer que é uma causa justa dos caminhoneiros, uma: pelo absurdo de preço praticado pelo Governo Federal na questão de combustível, que em 20 dias subiu 11 vezes o óleo diesel, a gasolina e etc. Então, não tem quem consiga aguentar. A estrada 364, ruim, quer dizer, é uma série de recolhimentos de impostos pagos pelos caminhoneiros, pelos empresários, pelo povo rondoniense, povo brasileiro e a gente não tem nem estrada, nós não temos, eu sempre falo: a BR-364, é uma BR muito forte, porque aguenta um volume muito grande de carretas, de bitrens o dia inteiro e 1.500 ou 1.800, subindo 1.800, descendo, fora outras cargas que vêm aqui abastecer as nossas necessidades do nosso Estado de Rondônia. Mas voltando a falar da nossa Rondônia, tivemos lá vitrine tecnológica, onde implantações de teca, eucalipto e outras culturas, onde junto

dá para plantar, houve lá amostras também de plantação de melancia, plantação de abóboras, plantação de inhame, plantação de batata doce. Então, as duas culturas juntas, é possível que se faça dentro de Estado, isso foi mostrado lá pelo engenheiro, o Pepino, que cuida lá, o engenheiro, consultor florestal, que tem feito um trabalho muito bonito nesses 03 anos, lá na nossa Rondônia Rural Show. E também, tivemos lá mais de 400 expositores, vitrine tecnológica, Assembleia Itinerante, também tivemos lá debatendo projetos aqui do nosso Estado. Agradecer ao Deputado Maurão também, por ter autorizado e levado todos os funcionários aqui, agradecer por todos eles estarem lá e prestado serviço para todos nós Deputados, muito obrigado. Tivemos então um trabalho maravilhoso da SEAGRI, da Emater, várias faculdades envolvidas naquele trabalho, universitários também lá, com a questão da vitrine tecnológica, onde nós tínhamos as plantações de milho, a melhor forma de plantar milho, a melhor forma de plantar soja, onde tiveram suas tendas, suas palestras, palestras variadas, plantações de girassol, criação de peixes. Então, tivemos lá uma grande feira e em termos de implementos agrícolas com a mais alta tecnologia, que pode ter neste País, de colheitadeira, tratores, insumos agrícolas, empresas investindo muito sério. Porque o agronegócio é o que leva este País para frente, consegue manter a nossa balança comercial do nosso Estado de Rondônia, dos nossos municípios e do nosso País. Às vezes as pessoas do sítio, o pequeno, os médios agricultores às vezes não são reconhecidos pelo governo, pela população, mas fazem um grande trabalho. Se não forem eles, nós não teríamos a nossa alimentação diária, que a gente tem todo dia na mesa das nossas residências. Então, de forma especial agradecer ao Zé Paulo, ao Governo do Estado pelo grande trabalho. Tivemos também lá as redes bancários, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BASA, Banco do Povo, arrumando e ajeitando financiamentos para o pequeno, para o médio e para o grande produtor. Então isso é um espetáculo essa feira, 7ª Rondônia Rural Show, esperamos que a 8ª seja melhor e que até lá nós não tenhamos também essa paralisação dos motoristas dos caminhões. Nada contra, pelo contrário, a favor desses trabalhos desses caminhoneiros que precisam ter respeito e carinho. Tanto é que a mobilização deles parou o País e conseguiram os seus intentos, as suas vitórias. Quero deixar então, senhor Presidente, é isso que eu teria para falar. Passou meus cinco minutos, vamos respeitar. Um abraço para o senhor e obrigado, e bom-dia a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos a participação do Deputado Airton Gurgacz, e em ato contínuo já passamos a palavra para o Deputado Dr. Neidson, para que no tempo de cinco minutos participe das Breves Comunicações. Vossa Excelência está autorizada.

O SR. DR. NEIDSON – Dois minutos, eu acho. Presidente, bom dia a todos. Eu só quero aqui agradecer à SESAU e ao Governo do Estado por ter atendido nosso pedido aqui pela Assembleia Legislativa e ter encaminhado a POC Itinerante no final de semana anterior, no qual atenderam no município de Guajará-Mirim, aproximadamente duas mil e duzentas pessoas. Pacientes esses que estavam no aguardo, na fila de espera, alguns há mais de dois anos esperando uma consulta, um atendimento. Temos dificuldades na realização de ultrassonografia no nosso município, tanto em Guajará como Nova Mamoré, e foram vários médicos. Era 25 profissionais médicos, fora a equipe que acompanhou. Tínhamos 55 a 80 pessoas, mais ou menos, realizando os atendimentos lá em Guajará-Mirim. Então,

quero aqui agradecer ao Governador Daniel Pereira também, por ter encaminhado essa POC Itinerante. E acredito que essa POC Itinerante deve ser feita, realizada frequentemente, mensalmente em vários municípios do nosso Estado de Rondônia, porque nós vemos a dificuldade dos atendimentos médicos, principalmente na parte de especialistas, que não temos e temos dificuldade nos atendimentos aqui na capital, devido a termos 52 municípios. É uma das formas que temos de levar os profissionais especialistas nos municípios e atender determinadas regiões, desafogando a fila da regulação e do SUS. Então, quero aqui agradecer ao Dr. Maiorquim também, que foi o Secretário de Saúde que liberou e adiantar aqui à população de Guajará-Mirim, Nova Mamoré também, que já encaminhei um recurso, já em conversa na Secretaria de Saúde, com o D. Maiorquim, Socorro, Pimentel, encaminhei um recurso de R\$ 400 mil, para que essa POC Itinerante seja estendida mensalmente, com 07 especialistas, mensalmente, para atender em Guajará-Mirim e 07 para atender no município de Nova Mamoré. Com isso vamos evitar os gastos dos pacientes para se deslocarem até aqui, e realizar esse atendimento até o final do ano. Então, acreditamos que vai dar um alívio a toda população e melhorar o atendimento, principalmente com os especialistas na nossa região. Então, seria isso, Presidente, e deu dois minutos e meio. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É verdade, Deputado Dr. Neidson, respeitando nosso tempo regimental. Parabéns! Encerradas as Breves Comunicações, passemos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Senhor Presidente, só por uma Questão de Ordem, nós estamos aguardando o Projeto de Lei do Executivo, que vem para que a gente possa consolidar o recurso que nós colocamos para o Estado para a realização da Academia daqueles que fizeram o concurso da Polícia Militar e esse Projeto ainda não chegou as minhas mãos, portanto, eu peço a Vossa Excelência que faça a suspensão da Sessão por tempo indeterminado para que a gente possa aguardar a chegada desse Projeto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós pedimos a leitura das matérias recebidas, das Proposições e logo na sequência a Sessão estará suspensa por tempo indeterminado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Obrigado, senhor Presidente.

Procede a leitura das Proposições recebidas.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Autoriza o Poder Executivo Estadual reconhecer a equivalência dos Serviços Estaduais de Inspeção de Produtos de Origem Animal dos Estados Membros Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal nas condições que específica, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Autoriza o Poder Executivo a nomear para Cargos de Corregedor Geral e Coordenador Geral do Sistema Penitenciário servidor Estável de carreira do Sistema Penitenciário.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Lenilson de Sousa Gudes.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON E DEPUTA-

DO LÉO MORAES. Susta os efeitos do Decreto nº 22.716, de 03 de abril de 2018, que "Altera dispositivos do Decreto nº 19.494, de 15 de janeiro de 2015".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo informações no que tange a existência de Processos Judiciais e Administrativo, bem como investigação sobre plano, seguro de vida e renda mensal, disposto no art. 6º, inciso VI, do Projeto de Lei nº 221/18.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Exmº. Sr. Governador do Estado de Rondônia, com cópia para FEASE, solicitando informações sobre o cumprimento da Lei Complementar nº 965/17.

Lida as matérias, senhor Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Já lida as proposições...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente, Questão de Ordem?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Concedida.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu queria só fazer uma Questão de Ordem, até porque nós temos que aguardar o Projeto e iremos ficar até chegar esse Projeto que para nós o acordo foi feito, então acordo tem que ser cumprido. Então a gente está aguardando esse Projeto vir para Casa. Mas, eu queria entrar no mérito de uma situação pontual do Prefeito de Porto Velho Hildon Chaves. O que me traz aqui, infelizmente, é trazer uma informação inerente a questão das Emendas que nós encaminhamos para o município de Porto Velho que ultrapassou a monta de R\$ 1 milhão de reais. Eu quero dizer ao Prefeito Hildon Chaves, que ele seja maduro, que ele seja uma pessoa que pense no povo de Porto Velho, independente de questões políticas, divergências partidárias ou qualquer coisa que seja, em campo ideológico de críticas. Porque é que eu estou falando isso? Eu encaminhei R\$ 500 mil reais, para compra de ar-condicionados para climatizar as escolas municipais do município de Porto Velho e Distritos. Eu encaminhei R\$ 300 mil reais para reforma de um barco, o Barco Saúde. Eu encaminhei R\$ 180 mil reais para a compra de uma ambulância para o município de Nova Califórnia e ele vem, ele vem, pedindo, isso é fato, pedindo que qualquer Deputado ou qualquer situação que não seja da base, que não seja adepto à sua administração, que essas Emendas fiquem rejeitadas, que não saiam do papel, lembrando que o recurso já foi autorizado ser destinado ao município de Porto Velho, ou seja, já foi empenhado, já foi feito todos os procedimentos administrativos e digo mais, é para o senhor mesmo Prefeito e sua assessoria que está nos assistindo, não é porque a minha esposa é Vereadora do município de Porto Velho, que não é da sua base, que faz duras críticas à sua gestão, denúncia, todo o tipo de situação, o senhor tem que agir dessa forma, agir de uma forma mesquinha, perversa. O senhor vai deixar as crianças, igual eu vi algumas imagens, as crianças quando estão nas salas de aula sem ar-condicionado uma situação totalmente desumana por questões pessoais? O senhor vai deixar que os ribeirinhos fiquem sem saúde, fiquem sem atendimento por picuína? Eu, sinceramente eu me decepcionei de tal forma que me chega ao ponto de dizer: volte a administrar as suas empresas, que ali sim, ali o senhor manda, desmanda. Porque o gestor público, ele deve administrar o bem público, não pensar em questões pessoais. E eu tenho a plena certeza, quem vai fazer de-

núncia contra o senhor, se foi detectado que houve qualquer situação ou qualquer situação que embargou de questões pessoais, por conta da sua administração, eu vou levar esse assunto para o Ministério Público, Tribunal de Contas para analisar essa perversidade, essa falta de respeito com o povo de Porto Velho. Deixar de aceitar uma ambulância para atender pessoas que estão lá no Distrito de Califórnia e outros distritos, sinceramente, eu fico me perguntando, é muita falta, é muita falta de respeito com as pessoas; determinar, exemplo, vou dar um exemplo ao Deputado Léo Moraes que concorreu em um pleito democrático ao cargo de Prefeito. Eu ouvi um dia um assessor falando: se for da, qualquer situação que vier daquele deputado, não é para fazer nada. Eu fiquei olhando, eu falei: eu não acredito não, eu acho que um assessor está falando isso, eu acho que é uma mentira. Se nós como parlamentares temos esta disponibilidade de encaminhar um recurso de emenda para qualquer município que seja, independente de prefeito A, B ou C; o gestor deve aceitar, porque nós estamos encaminhando isso para atender o povo, não para atender a questão pessoal do prefeito; Deputado Airton, é uma questão tão assim. Por isso que eu vou falar novamente prefeito, reveja suas situações, tenha maturidade política, não faça esse show pirotécnico aí que o senhor está fazendo, essas lives com representantes da bancada federal, ir para um bairro, olha que falta de, sabe, o que fazer; ir para um bairro levar 40 e poucos maquinários, subir no maquinário para encascalhar rua. Sinceramente, era para dar uma ovada no meio da cara para respeitar o povo, sinceramente, o povo quer asfalto, o povo quer drenagem, quer saneamento básico, quer ser respeitado. Fazer show pirotécnico para levar cascalho. É dever teu encascalhar, dar o direito de ir e vir para o cidadão, rapaz, isso é fato, não é... Eu fico me perguntando assim: onde nós iremos chegar? O prefeito que foi promotor da saúde, o prefeito que diz e afirmou que conhecia um vagabundo em dois minutos de conversa. Ele falou, está gravado, graças a Deus que hoje as redes sociais, as câmaras está tudo filmado. Ele conseguiu e aqui eu não estou acusando, eu não estou acusando, não estou já condenando. Ele conseguiu colocar na sua administração pessoas que estão presas, Deputado Airton, estão sendo acusadas de cometerem ilícito, desvio de verba e todo tipo de situação. Eu espero que ao final, temos o direito de ampla defesa contraditório, eles podem ser absolvidos ou condenados. Mas, eu não estou aqui prejulgando. Mas, todavia, todavia, tem já dentro da sua administração um fato, uma notícia de desvio de recurso. Então, ele conhece um vagabundo em dois minutos. É muita cara de pau, viu, essa é a fala dele; que ele falava para.., é muita. Ei, meu Deus do céu. Essas falácias, essa forma de fazer política velha ele falava desse jeito deputado: no meu governo, eu não quero conchavos políticos, eu não quero, eu não vou ter nem um partido, nem uma espécie de apoio, para não dever nada para ninguém. Só a título de informação; a folha do município de Porto Velho, já extrapolou os 54%, só de CDS. E o Prefeito Mauro Nazif que foi considerado um dos piores prefeitos da gestão que passou aí no Município de Porto Velho, tem gente dizendo que tem saúde dele. Imagina, imagina, se o Prefeito Mauro Nazif, desculpas. A gente chamava aqui: Nazista. Porquê... mas eu fico me perguntando como as pessoas se decepcionam com esse encanto, a falácia, viu, ele fez uma propaganda Deputado Ezequiel: Porto Velho, eu te amo, deixa eu cuidar de você, deixa eu te amar, não sei o quê. Rapaz, foi uma hora; hoje eu olho assim: Porto Velho, deixa eu te matar, deixa eu te fuzilar. E assim, informação, não é eu que falo não, só a título mais de informação. É um prefeito, Deputado Airton, que ele viaja quin-

ta-feira, vai lá fazer um tour nos Estados Unidos, na Rússia, na Itália, vai para outro lugar e volta na segunda, fica ali dois dias, doido para ir embora e vai, normalmente viaja todo final de semana ele está fora do município de Porto Velho. Ele não tem compromisso com o município de Porto Velho. Eu sinceramente, eu tinha a hombridade, se eu fosse assim, se eu tivesse numa gestão tão desgramada dessa, se eu olhasse, não, realmente, eu pensei que era de uma forma, cheguei a analisar que eu não tenho condições de administrar, renuncia, faça uma carta bonita ali olha, eu, pronto entrega o mandato, porque ele já. Eu fico me perguntando, ele já doa todo seu salário para as instituições filantrópicas, isso eu falo, mas porque ele está administrando Porto Velho? Para que? Se todo salário, ele devolve, ele está administrando é para acabar com o município mesmo, para tirar a esperança do povo de Porto Velho. Ainda tem tempo, ainda tem tempo, com essas ações aí ruas de cascalho, iluminação pública aí, e outro show, fazendo obra que, só obra que vai ficar marcada, praça dentro de local de um brejo, vixe, isso aí está sendo a maior premiação para ele. Ah! Eu fiz uma praça dentro de um local que é praça, dar o nome lá que ele deu, é tão ruim que sinceramente, eu fico me perguntando, eu até não vou me delongar. Ontem, nós aprovamos um Projeto de Lei aqui para a Polícia e Bombeiro Militar. Novamente agradecer a todos os Deputados, ao Governo Daniel Pereira, ao Capitão Marcelo e sua equipe, que o Capitão Marcelo, tem uma equipe Brancalhão, Sargento Bentes e outros militares que tiveram envolvidos nesse Projeto tão sonhado que foi a reestruturação. Deputado Airton, está me perguntando, qual o benefício que poderão ocorrer nessa reestruturação. Eu vou falar de uma forma muito simples, inclusive aos remanescentes que se encontram aqui na Casa. A nossa Polícia Militar, nós tínhamos um, nós temos uma Legislação, que é a Legislação 509, que ela disciplina como é o quadro que organiza a Polícia e o Bombeiro Militar. No ano de 1993, a formação, ou seja, como eram os batalhões, como era a implantação das garnições, tem que ser Cabo, Sargento, Soldado. Foram feitos os estudos para avaliação de como deveria ser a formação, o quadro de gestão da Polícia Militar, falamos assim. Só que a Polícia aumentou, aumentou o que? Municípios, Distritos e as localidades, aumentou a forma, ou seja, a formatação de fazer policiamento. E com isso, nós tínhamos um quadro que o limite de soldado a ser cabo era de mil e trezentos aproximadamente, passava-se, eu tinha um efetivo previsto de oito mil, e seiscentos previsto, previsto, mas, tínhamos no total de cinco mil e seiscentos homens ativos. Nós tínhamos sargentos, setecentos sargentos exemplo, Terceiro Sargento, trezentos, segundo, primeiro cento e pouco, duzentos e pouco e até chegar subtenente cinquenta e oito. Foi ficando uma situação tão difícil Deputado Airton e os demais pares e a todos os presentes, que o Governo que passou o Governo Cassol, que tratou, eu falo de forma muito bem convicta que tratou os servidores público no chicote, na peia, que os diga aí SINTERO, SESAU, a Polícia, ele nunca tratou o servidor público como deveria. Nós ficamos oito anos, sem ter promoções, e aí foi ficando Deputado Airton, numa situação tão complicada que militares que adentraram no ano de 2007, 2006, com mais de dez anos, eles não conseguiriam avançar a sua promoção de Cabo. E um Cabo, a diferença de um Soldado para Cabo, hoje é em torno de trezentos reais, e o militar não quer só a questão salarial, ele quer ter a dignidade dele, ele quer ter o respeito, ele quer ser valorizado pelo Estado. E pensando nisso, sempre cobramos a reformulação do QO, como fazer essa reforma no QO, através das ações civis públicas proposta inclusive pelo próprio Dr. Shalimar, ele sempre contestou como deveria ser feita essa

reformulação. Soldado, Cabo, Sargento, e aí até Coronel. Foi quando se montou um grupo de estudo, fez toda a questão disciplinando, exemplo, temos oito batalhões, mas, lá em Rolim de Moura, tem um grupamento, exemplo, um batalhão não, lá é uma, lá não é um batalhão, é uma companhia, isso mesmo, é uma companhia. Aí se criou um batalhão, agora vai criar um batalhão no 9º, 10º 11º, 12º BP Choque e o BOPE, para que isso? Para agrupar os militares, exemplo, no batalhão precisa de um Tenente Coronel, de um Major e assim sucessivamente até chegar às escalas, ou seja, o quantitativo de soldados e cabos. Foi nessa reestruturação, nós conseguimos agora o avanço em colocar quatro mil e setecentos quantitativos entre soldados e cabos, não terá mais a diferença, vai ficar o soldado e cabo, fazem a mesma função, motorista, patrulheiro, fazer as questões administrativas, o 3º Sargento vai ficar como comandante de viatura, e aí até chegar o posto de coronel. Então foi essa reestruturação tanto da polícia e do bombeiro é para melhorar o fluxo regular tanto das promoções que vai ocorrer tanto da disciplina que organiza a parte administrativa da Polícia Militar. É mais ou menos isso que eu queria falar, e nós lutamos por vários e vários anos, vários e vários anos cobrando, 'olha, governo, manda isso, faz isso, isso vai dar uma valorização, vai tentar recuperar o tempo perdido'. Inclusive, todos os remanescentes, exemplo, nós temos Lei 2.449 que trata sobre as promoções dos soldados, dos cabos, completou os cinco anos tem vaga suficiente para ele ser promovido a cabo, só não teremos suficiente para 3º, para 2º, mas da forma que está, da forma que ficou como vai a cada ano, a cada tempo nós temos uma peculiaridade de cada servidor do tempo de serviço isso vai ser muito rápido, eles que estarão entrando em 2018, 2019 eles vão ter a oportunidade de chegar até graduação de subtenente, então foi algo que nós lutamos, que nós buscamos junto ao Governo, tanto o Governo Confúcio como o Governo Daniel Pereira que, graças a Deus, eu posso falar de forma convicta que saio, se sair do mandato, Deputado Airton, saio de forma tranquila. Porque hoje a nossa luta era extinguir a questão das promoções por processo seletivo interno, concurso, concurso para ser cabo, para ser sargento. Eu fiz o concurso público, assim como os Oficiais, eu vou fazer a carreira dos Oficiais, um Oficial faz uma prova, teste físico, faz academia e ele vai chegar até o posto de coronel só fazendo curso de aperfeiçoamento; o soldado, o soldado fazia concurso para cabo, concurso para sargento, Curso de Aperfeiçoamento para Sargento – CAS, é muita cara de pau, também vou fazer a mesma fala do... Aí uma vez eu reunido com um coronel, o coronel falou, eu era presidente da associação, era não, sou Presidente da ASFAPOM, 'Jesusino, desde a época de Roma existe a figura do soldado e dos generais', o que ele quis dizer? General é general, oficial é oficial e praça é praça. Eu falei 'Coronel, Roma já está lá naquele passado bem distante, o senhor tem formação em quê? – Ah eu sou graduado em direito – Mas espere aí, o senhor é o quê? O senhor veio de que condição? – EU sou R2 – Ah, o senhor é R2, o senhor tinha 2º grau quando entrou na polícia – sim - eu também tenho o 2º grau, porque o senhor tem que diferenciar a minha condição para a sua? – Porque o senhor é soldado e eu sou coronel, eu falei ah é? Mas já passou essa época, nós estamos no século 21'. Foi quando eu como presidente sempre trouxe essas divergências e busquei essa valorização.

O Sr. Airton Gurgacz – Me permite deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Pode falar Deputado Airton.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado, parabéns pelo grande trabalho que tem feito desde o início, do primeiro dia de seu mandato aqui sempre defendendo a Polícia Militar, trabalhando pelos Bombeiros, Polícia Civil e outras confusões também que estão tendo no Estado, mas pelo brilhante trabalho que V.Ex^a tem desenvolvido aqui é encantador, Jesuíno, a forma que V.Ex^a defende esta classe e tem que ser defendida. Porque nós defendemos que a Polícia Militar nos dá segurança, para nossa família na questão de trânsito sempre está colocando a sua vida para defender a população, para defender a nós todos, a sociedade como um todo, então a gente elogia esse seu trabalho, essa sua fortaleza de poder buscar esses recursos de tantos anos que estavam engavetados aí nos palácios, governadores não querendo, tendo raiva, não gostando do funcionário público, não adorando e falando sempre mal do funcionário e a Polícia Militar com esse trabalho brilhante que fez. Eu passei como Diretor do DETRAN eu sei o que eles fizeram aqui neste Estado, acompanhei o trabalho e vou dizer para você, é um respeito nos bairros, na sociedade, nas avenidas quando a gente vê um policial fardado todo mundo respeitava e bate continência para eles, mas estavam sendo desvalorizados, e agora com essa sua ação lá do Capitão Marcelo um pouco, mas o seu trabalho aqui é incansável, a gente sabe dessa força do seu trabalho, dessa busca incessante que você busca em torno dessa sua formação também que é policial militar que você trabalhou, defendeu, foi expulso, voltou agora, mas por razões seríssimas e concretas e que você brigou com justa causa. Então, olha, nós os deputados todos votaram, mas a sociedade além dos deputados a sociedade de Rondônia te parabeniza, te dá esse mérito de você ter conseguido essa grande questão resolvida junto aos policiais militares e os bombeiros. Parabéns, continue assim porque você será um grande defensor da polícia e que precisa ter defensores aqui para que continuem tendo esse trabalho grandioso, que as vezes a sociedade não reconhece, mas precisa agir porque também está cheio de malandros na rua, tem muitos picaretas aí que gostam de aprontar e as vezes não gostam de ser punidos e a polícia tem que estar ali para agir e proteger a nossa sociedade. Parabéns, Deputado Jesuíno, pelo seu grande trabalho, por essa aprovação de ontem, pela Casa. Também agradecer ao Governador Daniel, que lhe ouviu, lhe respeitou e mandou essa situação para nós aprovarmos aqui. Bom dia e um abraço para o senhor, parabéns.

O SR. JESUÍNO – Obrigado Deputado Airton, a recíproca é a mesma também, pode ter certeza disso, que eu tenho muito respeito por sua pessoa e por todos os pares aqui. Inclusive, falavam que eu não conseguiria nem aprovar esse Projeto, porque teria resistência, eu quero até pensar que é mentira, pessoas que são da própria farda lutando contra esse Projeto, Deputado Léo, eu fico mais, assim, me perguntando, será que isso é verdade! Mas dizer que o dia ontem vai ficar registrado na memória de muitos e nesta Casa, a união entre oficiais e Praças, independente de patentes, independente de graduação, este plenário tinha mais de, não sei, 300 ou 400, fora os que estavam tentando adentrar e não conseguiram. Então, para mim é um momento que vai ficar marcado neste parlamento, assim como outros, mas este de ontem vai ficar marcado, porque é algo muito marcante você lutar, ninguém sabe como: “ah! O Deputado Jesuíno chegou aqui fácil”, não foi. Foram muitas lutas travadas, foram perseguições, foram situações difíceis mesmo, eu falo que a situação não foi das melhores. E, eu sempre digo que eu tive uma pessoa que sempre esteve do meu lado, foi a minha esposa a Ada, a Ada sempre esteve do

meu lado, o Deputado Hermínio acompanhou isso quando era Presidente da Casa, o Deputado Hermínio sempre foi um parceiro ali, sempre quando fui chamado, o Deputado Hermínio estava lá na frente da foto, até hoje, lá na frente do 1º Batalhão. No ano de 2011, ele estava lá conosco, ele a Vereador Ellis na época. E, eu como Presidente da Associação, e o Deputado Hermínio sempre guarda essa polêmica, eu sempre trato ele com muito carinho, o chamo de velhinho, mas é novo, é porque já está... O Deputado Hermínio tem quantos anos, cinquenta? Cinquenta e poucos anos. Eu não sabia que o Deputado Adelino é o mais velho e o Lebrão está em segundo. Eu falava o decano o Lebrão e, o Lebrão não é o mais velho não, é porque já está cansado. Mas assim, para mim, eu digo para vocês aguardem os remanescentes. Todas as ações que nós fizemos, eu vejo que tem vários deputados empenhados, não posso tirar o mérito do Deputado Hermínio, Deputado Anderson agora que, também, entrou Deputado Léo Moraes. Eu respeito todos, sabem que aqui nesta casa não anda, se não tiver anuência de todos, se não tiver o aval, a participação de todos, aqui é um coletivo é uma casa que têm 24 deputados, ninguém é melhor que ninguém aqui. Mas eu respeito ali o Deputado Hermínio por estar nessa causa, desde ontem em todas as reuniões, buscando a solução desse problema que vai chegar ao fim, vai chegar ao fim e nós iremos aguardar essa propositura, se depender do meu voto, isso já é mais do que, nós estaremos aqui aguardando. E peço aos demais pares, que tem muito deputado que vai ter que viajar, que aguarde, não é Deputado Léo Moraes, porque a gente precisa de 13 votos para aprovar o Projeto aí da reestruturação. Está cobrando, o Deputado Léo Moraes aqui e o Deputado Hermínio estão cobrando, estou vendo toda hora aqui a aqui a cobrança ao Capitão Marcelo que fez o compromisso de encaminhar pela manhã esse Projeto de Lei. No mais, desejar a todos um bom dia e dizer para todos que nós estaremos lutando até o final por uma melhor segurança, por uma melhor saúde, por uma melhor dignidade a essas pessoas que, infelizmente, hoje só pensam, não querem nem falar sobre política. Em todo local tem o bom e o ruim. Em uma fala minha, fizeram até um vídeo generalizando que eu falei só mal de uma religião ou falei mal de uma pessoa. Eu quero dizer que em todas as áreas tem os bons e os maus, e aqui nós não podemos generalizar. Existe político bom e existe político ruim. Assim como existe o juiz bom e existe o juiz ruim, e assim, sucessivamente, policial bom e policial ruim. Mas analise a pessoa, analise cada um, para você formar uma opinião, antes de ver, antes de olhar uma postagem e já julgar, prejudicar busque a verdade, busque o outro lado, porque você mesmo pode ser vítima de um fake News, vítima de uma situação exemplo, vou dar aqui um exemplo: uma pessoa comum se matou, olha só a que ponto chegou, por que uma pessoa disse que tinha uma imagem, que ia soltar essa imagem, que iria comprometer essa pessoa. Só o fato da ameaça, a pessoa cometeu suicídio, olha a que ponto nós chegamos gente! No mais, o Deputado Hermínio quer fazer uso da fala. Obrigado a todos e um bom-dia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Quer falar mais Deputado, quer falar mais não, Deputado Jesuíno? Nós agradecemos, a gente fica preocupada com o revanchismo e, o autoritarismo do nosso Prefeito do nosso Prefeito do município de Porto Velho, afinal é Prefeito de todo mundo. E as críticas severas que o Deputado Jesuíno proferiu a gente fica mais preocupado ainda porque é um montante de recurso muito alto. E esperamos que a administração reveja esse posicionamento, sem ódio, sem rancor, aqui ninguém está tentando desmerecê-lo. Ele foi

eleito democraticamente, foi melhor durante a campanha, ao olhar da sociedade e nós respeitamos claramente isso. A gente também só espera que ele tenha maior compreensão e também espírito público em atender a população, acima de qualquer lado, de qualquer grupo e de qualquer interesse que seja particular. Torcemos para que o Prefeito e sua administração revejam esse boicote e essa retaliação a quem tece críticas e é sincero com a população, como é o caso do Deputado Jesuíno e de outros Deputados que já se manifestaram nessa matéria, como o Deputado Aécio da TV e tantos outros. Quanto à ação midiática dos tratores para fazer cascalho, tomara que seja um passo para o asfalto, para a drenagem, como o Deputado Jesuíno bem disse. Faz parte da administração, tem uma proposta de asfalto de 40 quilômetros, se não me falha a memória, a gente espera que a administração atenda os nossos bairros tão carentes, porque o DER, que é responsabilidade nossa, também tem falhado, Deputado Aécio da TV. Não é só o município, o DER, o Governo do Estado tem falhado e muito. Fez compromissos de asfaltar, de subsidiar o trabalho da administração municipal, haja vista que pela Constituição é responsabilidade da administração municipal, e o DER também tem falhado muito. Muita promessa e pouca ação em defesa da nossa cidade. Então, fica aqui também a nossa repulsa e a reprovação quanto à atuação do Departamento de Estradas de Rodagem dentro do município de Porto Velho, afinal, Porto Velho é a cidade de todos os parlamentares que estão aqui dentro. Então a gente fica também preocupado e pede para o Katatau, Diretor do DER; para o Eduardo Damiano, Diretor Executivo, que eles trabalhem, que são muito bem pagos para isso. Até porque a administração estadual enxertou dentro da sua estrutura, um monte de gente que era da gestão do Mauro Nazif, que já foi reprovada dentro de Porto Velho, foi reprovada nas urnas e agora entra na administração estadual para mostrar que pode piorar o que já está ruim. Então, a gente também fica muito preocupado com isso. É bom que o governo, Deputado Herminio, Vossa Excelência que tem militância histórica com o atual Governador, e que nós o respeitamos, mas eu acredito que ele não tem enxergado isso, por conta da sua agenda extensa, que ele consiga ser criterioso, coerente, responsável com a sua história, para que não coloque um cabide de emprego para que não dê, estenda a mão a mão para os amigos, mas para os competentes, porque tem entrado um monte de gente despreparada, só pelo interesse de construir projeto político, esquecendo das pessoas que precisam desse atendimento.

Gostaria de passar a palavra, por Questão de Ordem, ao Deputado Herminio, para depois nós suspendermos e aguardarmos, que o Capitão Marcelo venha logo para cá, ele já mandou mensagem, dizendo que está na SEPOG, mandou mensagem aqui, é bom falar para os nossos colegas excedentes, que está na SEPOG finalizando o projeto e que logo mais o projeto chega. Então, é bom que vocês fiquem aqui de prontidão para que a gente possa aprovar juntos isso daí, está bom? Passar a palavra para o Deputado Herminio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Bom dia a todos. Além do..., que é importante os meninos, é lógico que eles vão ficar aí porque têm muitos aí que vieram, inclusive, do interior, e eles vieram exatamente para acompanhar esta Sessão. E também tem, Deputado Léo, por isso que é importante ficar os Deputados, lógico que tem que ficar aqui, até que esse projeto chegue. Segundo o que ele respondeu para nós aqui, que daqui a pouco está chegando, eles estão ainda finalizando lá, elaborando o projeto para encaminhar para cá. E, no caso, seria os R\$ 2 milhões que a gente, a Assembleia encaminhou ontem, atra-

vés de ofício para o governo, cedendo R\$ 2 milhões do orçamento desta Casa para ajudar a custear a Academia dos nossos remanescentes. É lógico que os R\$ 2 milhões não dão para atender, para fazer a Academia do restante, que são 400, que foi o compromisso do governo, e é lógico que a nossa luta é para que faça com todos. Não vai fazer com 400 e sobrar 20 ou 30, a intenção nossa, a nossa luta é para que o governo faça com o restante dos remanescentes, que deve ser aí uns 420, 430 no máximo, e que o governo banque o restante. Nós vamos fazer de tudo junto ao governo, até porque não é muito dinheiro, eu acredito que essa Academia, o custo dessa Academia deve chegar, para todos, deve chegar a uns R\$ 5, R\$ 6 milhões, a Assembleia está dando R\$ 2 milhões, não custa nada, Deputado Léo, Deputado Jesuíno, o Estado bancar o resto. Eu quero falar aqui de uma situação que, situação bem problemática aqui do nosso Estado, uma questão que já trouxe muitos danos para o nosso Estado e vai trazer muito mais ainda, Deputado Jesuíno. Eu vejo muitas vezes aqui, nós Deputados, ontem mesmo aqui, nós ficamos o dia aqui. Ficou o dia aqui, os 24 Deputados, mas o Governo do Estado aqui discutindo e buscando meio de dinheiro para bancar a Academia dos trabalhadores, para buscar aí R\$ 4, R\$ 5 milhões de reais. Enquanto isso o nosso Governo, Deputado Aécio da TV que é economista, não sei se está dando para ele escutar que ele é meio surdo, o Deputado Aécio, mas é importante que Vossa Excelência escute Deputado Aécio, que você que entende bem de números. O que eu vou colocar aqui que todo mundo, muita gente de Rondônia já sabe, mas, eu vou lembrar novamente, Deputado Jesuíno, e no final, é importante que esta Casa crie uma Comissão, crie uma Comissão para não deixar, para ver o que é que a gente pode fazer para Rondônia não ficar sendo saqueada, para Rondônia não ficar sendo assaltada com essa negociata, com essa negociação, dessa bendita ou maldita dívida do BERON. Deputado Léo, é importante Deputado Léo, essa questão, e isso que eu chamo atenção, aqui um debate de Conselho LGBT, por exemplo, o mundo caiu em Rondônia, para nós discutirmos qualquer coisinha aqui, às vezes, mixaria é um debate danado, uma discussão danada. Enquanto, algumas coisas que levam bilhões de reais do nosso Estado ninguém está nem aí, ninguém está nem aí, e esse caso do BERON, é por isso que não dá nada, ninguém escuta, ninguém quer escutar nada de BERON, eu só queria Deputado Jesuíno, Manvailer, Deputado Jesuíno eu queria Deputado Jesuíno que Vossa Excelência, que inclusive eu quero, eu sei que no final nós vamos criar uma Comissão para tratar dessa dívida, criar uma Comissão sobre essa dívida, para a gente vê essa questão da dívida do BERON, com certeza eu quero Vossa Excelência participando dessa Comissão. Em 95, o ano de 95 tudo que eu falei e que eu vou falar aqui eu falei lá em Brasília numa Audiência que teve na última terça-feira lá em Brasília, inclusive, estava lá representante do Ministério da Fazenda, tinha Deputados Federais, Senadores lá nessa discussão e tudo o que a gente falou ninguém questionou, ninguém questionou. Em 95, Deputado Aécio, em 95 quando o Raupp assumiu o Governo de Rondônia o BERON tinha uma dívida de R\$ 21 milhões de reais, R\$ 21 milhões de reais. O que foi que o Raupp fez? O Raupp em 95 vai e entrega o Banco do Estado de Rondônia para o Banco Central com a dívida de R\$ 21 milhões, o Banco Central tinha 6 meses para liquidar o Banco ou sanear o Banco. Bom, o Banco Central em vez de ficar 6 meses Deputado Jesuíno, ficou 3 anos com o Banco do Estado de Rondônia, de 95 a 98 o Banco Central ficou comandando e administrando o Banco do Estado de Rondônia. O que foi que ocorreu nesses 3 anos? A dívida que

era de R\$ 21 milhões, a dívida que era R\$ 21 milhões, depois quando eu terminar de falar aqui Vossa Excelência não sabe uma vírgula do que eu falei aqui Deputado Léo Moraes, a dívida que era R\$ 21 milhões, quando o Banco Central devolve o Banco para Rondônia, a dívida já é de R\$ 520 milhões. A dívida foi de R\$ 21 milhões para R\$ 520 milhões na administração do Banco Central, Deputado Léo Moraes, e isso foi dito e está comprovado por auditoria tanto do Tribunal de Contas de Rondônia como pelo Tribunal de Contas da União, está comprovado que essa dívida nossa do BERON que era R\$ 21 milhões em 98 quando o Raupp negociou com a União que já era de R\$ 520 milhões quem elevou essa dívida, quem fez essa dívida quase no total foi o Banco Central. Nós não podíamos pagar uma dívida que era de R\$ 21 milhões, nós não podíamos negociar R\$ 520 milhões se de R\$ 21 para R\$ 520 foi o próprio Banco Central que elevou, inclusive naquela época da quadrilha do Fernando Henrique, onde Deputado Aécio, meu amigo foi feito tanta traquinagem e maracutaia nesse BERON quando ele ficou na intervenção e todos os rolos que ficaram no final ficou para o Estado de Rondônia pagar. O que foi que o Raupp fez em 98? Negocia com o Banco Central, liquida o Banco e negocia os R\$ 520 milhões. Parcela os R\$ 520 milhões em 30 anos, 30 anos que no caso era para terminar de pagar em 2028. Sabe quanto nós pagamos? De 98 logo em seguida o Bianco assume o Estado, o Governo Bianco, o Governo Cassol nos dois Governo Cassol e mais o Confúcio no primeiro mandato do Confúcio chegou a pagar mais de R\$ 2 bi, quase R\$ 3 bi nós já pagamos porque não tem como evitar, não tem como não pagar porque vem descontado no FPE, no Fundo de Participação dos Estados, todo o mês vem descontado R\$ 15 milhões, isso até 2014 vinha descontado todos os meses automático no repasse Institucional de Rondônia, R\$ 15 milhões. O que foi que, em 2014, o que foi que houve? Com a grande cheia o Banco, o Governo Federal suspende o pagamento da dívida, suspende. Rondônia estava sobre calamidade pública. Não. Vamos suspender. Suspendeu até agora, até 2018. Agora, o Governo Confúcio já negociou com a União, negociou prorrogando a dívida para 2048 e quando eles falam que o Cassol está mentindo ali, é 100% verdade Deputado Léo, aquilo que o Cassol está falando. Elevaram a dívida, prorrogaram a dívida para 2048, mais 30 anos para frente com a parcela de R\$ 25 milhões mês. Agora, 360 parcelas, 360 parcelas que é 30 anos vezes vinte e cinco milhões. Soma quanto que vai dar isso. Isso vai chegar a sete bi, sete bilhões que é o orçamento bruto do Estado de Rondônia, um orçamento bruto anual do Estado. Sete bi, nós já pagamos quase três, quer dizer, que esses vinte e um milhões, esses vinte e um milhões que era a dívida real do Estado de Rondônia para o Banco Central, nós já pagamos mais de dois e vamos pagar mais de sete bi. E outra coisa, em 98 não teve autorização desta Casa, não teve autorização da Assembleia para fazer, para o Governo Federal fazer esse acordo com o Governo de Rondônia; o Raupp fez à revelia desta Casa e agora em 2017, o Estado de Rondônia está fazendo do mesmo jeito; o Confúcio, esse acordo já está praticamente feito e não teve autorização da Assembleia. Esta Casa aqui votou em outubro uma Lei, parece que na Sessão lá em Pimenta Bueno, votou uma Lei genérica, onde dar direito, onde dar condição, abre, autoriza o Estado a renegociar as dívidas, não só do BERON, qualquer dívida do Estado com a União, mas depois, na hora de sacramentar o acordo Deputado Jesuíno, baseado na tua emenda, que você colocou uma emenda na Lei, tem que vir, tem que ser homologado um acordo aqui nesta Casa Deputado Airton, e novamente não foi feito. Agora, o quê que eu quero dizer com isso? Dois milhões,

está aqui, ontem nós ficamos o dia todinho aqui mendigando dois milhões de reais para atender 500 trabalhadores e para atender 500 remanescentes, para atender mais toda a população de Rondônia na questão de Segurança pública e uma choradeira danada, não tem dois milhões. Agora, é vinte e cinco milhões todo mês que eles vão descontar no repasse de Rondônia, vinte e cinco milhões todo mês que sai e ninguém fala nada, por uma dívida, nós estamos pagando, uma parcela é maior do que a dívida total; essa dívida em 95 era vinte e um milhões, nós já pagamos mais de dois bi, vamos pagar mais de sete para frente. Isso é muita é traiagem. O Confúcio Moura, o Confúcio Moura, o Confúcio Moura, pense num traíção, pense numa traíra; como é que você faz isso com o povo de Rondônia? Isso é de uma, isso é uma facada, é uma apunhalada, é todo tipo de coisa ruim nas costas do povo de Rondônia. Como é que você, como é que você negocia, você compromete, é comprometer o nosso Estado nos próximos 30 anos. Agora, sete bi até 2048 que nós vamos pagar uma dívida que nós não devemos mais, nós não devemos mais essa dívida, já pagamos muito mais do que devia; sete bi, já pensou se esse sete bi, fosse o contrário, nós tivéssemos para investir na agricultura, a segurança pública ou na saúde ou na educação do nosso Estado até 2048; com certeza esse dinheiro ia fazer muita diferença se fosse o contrário, se fosse para investir no Estado; não é tirar, vai ser tirado todo mês do nosso Estado, até 2048, vinte e cinco milhões de reais. Agora, o Estado não tem dinheiro para nada, nunca tem dinheiro. Agora, para dar de mão beijada todo mês para União vinte e cinco milhões, está sendo feita esta negociata aí e todo mundo. Eu não vejo a imprensa aqui de Rondônia falando, eu não vejo nem um político desse Estado aqui falando, eu não vejo esta Casa aqui falando, eu não vejo o próprio Governador Daniel Pereira, o Governo Daniel Pereira, não pode aceitar isso; eu acho que algumas coisas que o Confúcio fez de razoável ou de boa, o Governo Daniel pode até dar continuidade, agora esse tipo, isso aí Jesuíno. Jesuíno quantas pessoas, quantos rondonienses não vão morrer à míngua nesses hospitais? Quantos rondonienses não vão morrer nas estradas de Rondônia por falta de sinalização, por falta de melhorar, de você melhorar as estradas, as nossas, principalmente as rodovias estaduais de Rondônia, enfim, na educação, na saúde, em tudo. Tudo porque... O nosso Estado, se nós assumimos essa dívida por mais 30 anos, da forma que está sendo encaminhada aí meu amigo, você pode esquecer que esse Estado vai viver na miséria nos próximos 30 anos; qualquer conversa fiada que o nosso Estado vai crescer, é mentira, é mentira porque o Estado não tem dinheiro e o dinheiro que podia ter para gente investir que era esse vinte e cinco milhões todo mês, se a gente não pagasse essa maldita dívida, aí sim, era dinheiro para você investir; se nós tivéssemos vinte e cinco milhões todo mês para investir em saúde, para investir principalmente na agricultura, esse dinheiro ia girando, daqui a pouco, daqui a alguns anos o Estado de Rondônia seria um grande Estado, agora da forma, se a gente continuar pagando essa dívida, se for feito esse acordo meu amigo, aí meu amigo, eu não sei para quer que serve mais, para que é que nós políticos de Rondônia servimos. Eu não sei para quer serve esta Casa, se esta Casa deixar esse Governador, esse Confúcio Moura e se o próprio Governo Daniel dê continuidade nesse acordo, aí meu amigo, o povo de Rondônia pode ter certeza de uma coisa, vocês não têm representantes não, você tem uma cambada de traíra, uma cambada de covarde que deixa, que deixa a União saquear, assaltar a gente. Eu acho engraçado que eles vêm aqui, a União vem aqui mete essas duas usinas de goela abaixo, me-

ter de goela abaixo essas duas usinas, meter presídio federal, presídio federal dentro da cidade, dentro da capital; só tem dois estados em duas capitais do Brasil que tem, é Porto Velho e Rio Grande do Norte, um presídio desse aí traz desgraça para a nossa região. Agora não, aqui eles metem presídios, metem usina, fazem o que bem entendem. Aqui nós pagamos uma tarifa de energia mais alta do País e ninguém fala nada, aqui a gente vive arriado para esta Bancada Federal. E o Deputado Léo Moraes, que é o nosso pré-candidato a Deputado Federal, não é, Deputado Léo? É bom que Vossa Excelência já abrace essas bandeiras, porque chega, nós temos uma Bancada Federal covarde também, que não fala nada. O único que falou com relação a essa dívida do BERON, foi o Luiz Cláudio e o Cassol, e tem muita gente que ainda tem cara, ainda tem coragem de dizer que é mentira do Cassol, que é mentira do... Eu não sou defensor de Cassol e nem admirador dele, mas nisso aí, ele tem razão sim, nós não podemos deixar, não podemos deixar que esse Confúcio Moura, que se diz estadista, que diz amar Rondônia. Ama nada! Confúcio Moura não ama nem ele mesmo, Confúcio Moura não ama nem a família dele, muito menos o povo do Estado. O povo de Rondônia, vocês não imaginam o tamanho da traição, nós não podemos pagar esse dinheiro, todo mês R\$ 25 milhões. Nós já estamos pagando dedes 98, nós já pagamos 16 anos essa dívida, e eles querem mais 30 anos, mais 30 anos. Deputado Jesuíno, nós tínhamos que pegar esse Banco Central, pegar esse Governo Federal, o próprio Supremo, porque tem uma ação lá 1119, lá no Supremo, que o Estado de Rondônia entrou na época, pelo Governo Cassol também, pedindo que a justiça julgue e julgue a nosso favor, e o Supremo sabe. Eu, quando era Presidente desta Casa, nós estivemos lá em Brasília junto com o Dr. Heverton do Ministério Público, junto, na época, com o Raupp, junto com o Senador Acir Gurgacz e também com outros Deputados aqui desta Casa, e na época o nosso Supremo, nosso Supremo disse o seguinte: 'eles não vão julgar nunca essa ação do BERON, porque se eles julgarem Rondônia vai ganhar, mas aí eles abrem um precedente para o Banestado, para o Banespa e vários outros Bancos Estaduais no Brasil', que é muito diferente do nosso, é muito diferente do nosso.

O Sr. Acir Gurgacz – Deputado, um aparte?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Deputado.

O Sr. Airton Gurgacz – Eu quero só comentar essa questão da dívida aí que fizeram se é que fizeram, de 30 anos. Mas lá em Pimenta Bueno, nós fizemos uma Audiência Itinerante lá, e houve, o Governo mandou a Lei para nós, mas, aí através do Deputado Jesuíno Boabaid nós aprovamos uma emenda que acho que eu acredito que o Governo, seus Secretários, seus Procuradores, seus Advogados e também o Senador Ivo Cassol não leram essa emenda, que são duas laudas, do Deputado Jesuíno Boabaid, dizendo que toda dívida da União contraída pelo Estado e nas negociações, teriam que passar por esta Casa, e isso até agora não passou. Então, eu não sei isso está na emenda, está na Lei, o Deputado Jesuíno está aqui presente, e isso está errado, se fizeram, fizeram errado. Inclusive o Governo do Estado errou muito, porque não passou para nós fazermos análise de uma dívida, se é que saiu, eu nunca vi esse documento, mas se for para 30 anos, aí quem vai governar este Estado? Nós estamos como Vossa Excelência está colocando aí. Agora, o Governo do Estado, a sua assessoria teria

que ter olhado porque como ele mandou, achou que aprovou, ele falou, 'bom devem ter aprovado todas as minhas emendas'. Mas tem a emenda do Deputado Jesuíno que todo débito contraído pelo Estado de Rondônia com a União, teria que passar pelo crivo da Assembleia Legislativa, para autorizar ou não a negociação. E isso até agora não veio, não é, Deputado Jesuíno?

O Sr. Jesuíno Boabaid – Não.

O Sr. Airton Gurgacz - Eu não tenho conhecimento. Então, parabéns aí pela sua colocação da sua defesa, porque senão vai ficar ingovernável o Estado por 30 anos e a Assembleia Legislativa foi jogada para canto sem que nós fôssemos consultados ou aprovados ou autorizado aqui pelos 24 Deputados desta Casa, aqui. Obrigado Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Obrigado, Deputado Airton. Deputado Airton, com relação... Em 98 também era para ter tido, era para ter passado por esta Casa e não passou, inclusive era para ter passado pelo Senado também e não passou. E agora da mesma forma, já foi feito um acordo, o Confúcio fez um acordo. Agora, eu não sei ainda se está sendo descontado, se voltou a ser descontado, que estava suspenso em 2014, foi suspenso até agora, com essa renegociação aí, eu sei se já voltou a descontar. Agora, nós não podemos deixar descontar, nós não podemos, nós temos que ter alguma atitude. Eu estava pensando, Deputado Jesuíno, a gente propor para... Se o Confúcio fez algum tipo de acordo, assinou, que segundo a informação que a gente tem é que ele fez, vamos ver onde está esse acordo, e vamos, esta Casa aqui sustar esse ato do Confúcio, porque Rondônia não pode pagar essa dívida. Na época das usinas, Deputado Jesuíno, eu falava todo dia nesta tribuna, 'pessoal, vamos, já que as usinas querem as licenças para poder fazer as duas hidrelétricas aqui no rio Madeira, tudo bem, podemos até dar, autorizar as licenças para eles, mas antes disso vamos amarrar aqui com a União. Primeiro, vamos transpor todo mundo até 91, de uma porrada só, que é direito de Rondônia, fazer a transposição dos servidores até 91, e vamos anistiar de vez a dívida do BERON'. Ali era o momento, Deputado Airton, que nós tínhamos para barganhar a favor do nosso Estado, não fizeram, não fizeram. Aí hoje a União, a União, não precisa mais de Rondônia, aí fica explorando. Todas as maracutaias, as traquinagens que o Governo Temer está fazendo faz porque explora os Estados e todos os Estados do Brasil são explorados, são explorados porque não tem governador e uma bancada federal de vergonha que defenda os seus Estados, e Rondônia nós não podemos deixar. Se Rondônia continuar descontando todo mês vinte e tantos milhões para dar para esses caras através dessa dívida do BERON, meu amigo, nós deputados aqui principalmente se ficarmos quietinhos, porque eu não sei se temos o poder de resolver sozinhos, mas temos poder pelo menos de denunciar para a população, se nós ficarmos quietinhos nós somos traíras também, nós somos covardes porque isso é crime hediondo, isso traz consequências tão danosas para o nosso Estado que jamais vai ser recuperado, Deputado Airton, jamais nós vamos recuperar. Nós já pagamos R\$ 3 bi, R\$ 3 bi, agora um Estado que faz conta por centavos, aqui na hora de qualquer coisinha aqui para reajustar aqui, para dar uma gratificação, para pagar qualquer coisa para o trabalha-

dor tem que fazer conta numa tal de uma MENP o ano todo, tem que fazer conta, reconta para poder dar um centavo de as vezes de correção de inflação para o trabalhador, agora para dar R\$ 25 milhões para o Banco Central todo mês, todo mês, aí meu amigo eles fazem na calada da noite, que nós os deputados aqui se não fosse o Cassol ter falado lá e o Luiz Cláudio nós aqui nem sabíamos que tinha sido feita essa tal dessa negociata.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Só para colaborar com seu discurso, Deputado Hermínio, parabenizar V.Ex^a de novo por trazer um tema tão importante para o povo de Rondônia. Mas eu quero fazer o registro aqui nesta Legislatura sempre fomos contrários a ações que tange aumento de despesa, aumento de ICMS, a questão exemplo da Friboi, vou dar um exemplo, recentemente nós através da formação de uma comissão conseguimos a recuperação para o Estado de Rondônia de mais de R\$ 268 milhões de reais, e agora o crime que o Governo está cometendo, crime de responsabilidade disposto no artigo 66 da Constituição estadual de Rondônia, que diz 'comete crime de responsabilidade aquele que atenta contra as decisões judiciais e as leis em vigor'. Quando nós aprovamos esse projeto lá em uma Sessão Itinerante em Pimenta Bueno que foi levado para a pauta, me recordo que era muito vago a questão da leitura da lei, por conta disso nós colocamos uma emenda que diz poderia até ser feito tratativa, mas só poderia ser aprovado após o cancelamento da matéria nesta Casa de leis. Diante daquela matéria que o Cassol, esse senador que também pode ter certeza está fazendo esse barulho porque pensa que vai convencer a gente que ele foi um bom senador, de senador nos 8 anos que passou ali misericórdia é sem, não vou entrar muito em mérito, mas tudo bem, trouxe essa matéria ao nosso conhecimento chamando que esta Assembleia foi criminosa, também ele acusou, tem um vídeo ele acusando a gente, ele acusou a gente...

O SR. Airton Gurgacz – Ele falou que a nossa Assembleia aprovou, mas ele não leu também a tua emenda, ele devia ter mais, a assessoria dele devia funcionar direitinho também, viu Deputado Hermínio, e ver a emenda que foi colocada, que ele culpou 'os deputados estaduais autorizaram' e nós pelo contrário, não autorizamos essa negociação dessa dívida do Estado, ele colocou isso, então também falta de assessoria dele, dele ter lido melhor a lei, que houve a emenda parlamentar aprovada pelos deputados, uma emenda do Deputado Jesuíno Boabaid que acabou nos salvando o Estado. Então mais uma vez, Jesuíno, parabéns a V.Ex^a pelo grande trabalho que tem feito aqui na Assembleia, pelo Estado de Rondônia e ter nos alertado, só que o Cassol não poderia ter falado que a Assembleia autorizou, então nós não autorizamos, ele não leu o total da lei que foi aprovada em Pimenta Bueno, Deputado Hermínio Coelho. Então essas coisas também o Senador devia não culpar a Assembleia Legislativa por esse ato que nós não cometemos, viu Deputado Léo Moraes.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Só para terminar, diante da sua fala Deputado Hermínio, já pedimos que faça uma informação a seu pedido, pedi para o Manvailer já trabalhar numa propositura de uma comissão especial em caráter de urgência, em caráter de urgência, formação a semana que vem para chamar já os responsáveis do Estado, os técnicos, quem foi que assinou, procurador. Eu já pedi parecer, o dia que nós chamamos aqui

uma audiência falaram que ia encaminhar esse documento, até agora não encaminharam, não encaminharam documentos, os contratos como foram feitos, então diante disso vamos fazer essa comissão chamar quem de direito e se tiver, já logo aqui é o compromisso do Deputado Hermínio, esta Casa jamais se refutou em sustar qualquer ação ilegal, ilegítima por parte do Governo, se tiver esses contratos já feitos nós iremos sim até no andamento do trabalho sustar os efeitos dessa questão desses documentos, e pedir, e responsabilizar quem de direito, Deputado Hermínio. Pode ter certeza que esta Casa, não é que eu estou aqui falando em nome dos 24, mas todas as vezes que foi trazida qualquer informação de inerência ou por qualquer deputado, eu falo por mim, qualquer propositura para sustar efeitos de qualquer ação nós aprovamos todos. Então parabenizar V.Ex^a que fez um belo discurso, isso viralizou, eu fiz questão de compartilhar ali no Congresso Nacional, na presença de várias autoridades, Deputado Airton, ele foi na cara do gestor do Banco Central, que o Banco Central deveria ser preso, tinha que mandar prender todo mundo. Eu fiquei olhando aquilo, eu só vi o cara se coçando todinho, assim, olha... E o senhor teve coragem de falar a verdade. O povo de Rondônia está cansado de ser enganado, está cansado de ser saqueado por ações, por ações dessas danosas e criminosas. Não tenho R\$ 2 milhões, não tenho para resolver uma situação pontual, mas eu tenho como pagar R\$ 25 milhões, durante 30 anos, isso aí é uma... Mas parabenizar o senhor, e pode ter certeza que estamos ombreados nessa luta, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Obrigado, Deputado Jesuíno, Deputado Airton, pelos apartes. Eu quero, só para terminar, dizer o seguinte, em novembro do ano passado, nós denunciávamos aqui o escândalo, Deputado Léo, daqueles R\$ 30 milhões da ponte. Aquilo ali foi descarado, eles meteram a mão, roubaram R\$ 30 milhões, sem deixar nenhum parafuso para o Estado. Mas aí eu fico olhando o seguinte, aí, a gente perde até a noção, R\$ 30 milhões termina virando troquinho. A gente luta, luta, achando 'não, a gente pegou uns vagabundos ali, roubando R\$ 30 milhões', conseguimos salvar R\$ 12 milhões, os outros R\$ 18 milhões que eles tinham metido a mão, a Justiça embargou os bens dos caras e tal. Mas termina R\$ 30 milhões sendo insignificante. Agora, nós fizemos o trabalho da JBS, 'olha, fizemos um grande trabalho, recuperamos R\$ 270 milhões da JBS, que tinha sonogado; poxa, muito dinheiro, R\$ 270 milhões', mas daqui a pouco vem R\$ 10 bi, vem R\$ 10 bi da dívida do BERON, que R\$ 270 milhões, R\$ 30 milhões viram troquinho, viram trocado. Aí, o que adianta eu estar... O que adianta o Estado que está deixando levar, tirar R\$ 10 bilhões do seu povo, do sangue, do suor do seu povo, da forma que eles estão fazendo. Aí eu vou denunciar, por exemplo, as maracutaias do Hildon Chaves? Os rolos do Hildon? Porque passa... A gente perdeu a noção das coisas, a noção dos valores. Se o Estado que deixa tirar do nosso Estado R\$ 10 bi desta forma, o que é que a gente está fazendo? Para que é que nós servimos para o Estado? Por isso eu espero Deputado Jesuíno, que esta Casa seja dura com esse governo e esse Confúcio Moura e essa turma do Governo Confúcio Moura vai ter que se explicar porque, no mínimo, se eles fizeram qualquer tipo de acordo, que a informação que eu tenho é que fizeram, esta Casa vai, nós vamos sustar esse ato e vamos chamar o Governador Daniel Pereira, que de maneira alguma, em hipótese alguma ele pode negociar a dívida do BERON dessa forma. Nós temos que lutar para buscar o dinheiro que eles

já levaram de Rondônia, durante esses 16 anos aí, que já receberam mais de R\$ 3 bi do nosso Estado. Obrigado, Deputado Jesuíno. Dizer para os nossos remanescentes, que vocês estão aqui, eu espero, eu estou olhando aqui o nosso Marcelo, o nosso Capitão Marcelo ainda não respondeu ainda, mas eu acredito que daqui a pouco deve estar chegando. Eu peço novamente para os Deputados não saírem do plenário, porque chegando aqui nós já aprovamos, autorizamos esses R\$ 2 milhões e também vamos continuar a luta para que o Governo Daniel Pereira banque todo custo de todos os remanescentes já. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos ao Deputado Herminio Coelho. E agora nós vamos suspender a Sessão, por tempo indeterminado, até que o Projeto dos excedentes da Polícia Militar aporte aqui nesta Casa. O Capitão Marcelo já mandou mensagem de novo, que ele está na SEPOG e a SEPOG, Secretaria de Planejamento vai conversar com o Governador porque eles querem resolver em definitivo essa questão, mensagem do Capitão Marcelo e torcemos para que isso aconteça. Estamos juntos e vamos ficar aqui até o final juntos, está bom? Obrigado.

(Suspende-se esta Sessão às 10 horas 58 minutos e reabre-se às 14 horas e 27 minutos)

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – A Sessão estava suspensa e estamos reabrindo neste momento, 14h27min.

Solicito ao senhor Secretário que lei a matéria que chegou.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das proposições recebidas

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS HERMÍNIO COELHO, JESUÍNO BOABAID E LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora, a constituição de uma Comissão Especial composta de 3 (três) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, para apurar o montante da dívida do Estado de Rondônia com o Banco Central, relativa ao extinto Banco do Estado de Rondônia – BERON.

Está lida a proposição, senhor Presidente.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS HERMÍNIO COELHO, JESUÍNO BOABAID E LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora, a constituição de uma Comissão Especial composta de 3 (três) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, para apurar o montante da dívida do Estado de Rondônia com o Banco Central, relativa ao extinto Banco do Estado de Rondônia – BERON.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Em discussão a matéria. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Nos termos do artigo 237 do Regimento Interno da Casa, estamos incluindo na Ordem do Dia o Projeto de Lei 981/18,

Mensagem 119, de autoria do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 2.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC.

Está incluso na Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 981/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 119. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 2.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – A matéria está sem parecer. Deputado Jesuíno para dar o parecer pelas Comissões pertinentes.

Convidamos todos os Deputados que estiverem nos gabinetes, que venham para poder votar que a votação é nominal e precisamos de 13 votos para garantir a votação, por gentileza. Votação simbólica. Solicitamos a todos os Deputados que tiverem em seus Gabinetes que compareçam à Mesa Diretora ao Plenário para que possa efetuar a votação.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente, trata do Projeto de Lei 981/18 do Poder Executivo/Mensagem 119. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 2.000.000,00, em favor da unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC.

Senhor Presidente, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Em votação o parecer do Deputado Jesuíno. Em discussão o parecer do Deputado Jesuíno. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em 1ª discussão...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em discussão o Projeto de Lei, o Deputado Herminio quer discutir o Projeto.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Em discussão o Projeto. Deputado Herminio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, nós estávamos falando agora com o Governador Daniel e o que ficou acertado é isso os R\$ 2.000.000,00 que está aí, que nós vamos votar agora a 1ª votação, vê se a gente consegue trazer os 13 Deputados aqui para votar já a 2ª. Mas eu conversando agora com o Governador Daniel Pereira, é isso, é que aprova os R\$ 2.000.000,00, fazer no mínimo, já dá início com esse dinheiro, com esse valor para atender, talvez, os 231 para iniciar de já, e ficou de a gente ver, buscar Deputado Jesuíno forma de fazer, o Daniel ele não disse não, no sentido de ficar aberto para nós tentarmos recurso para o Governo bancar o restante, que a intenção nossa, nós não vamos desistir de

jeito nenhum, inclusive, ficou para ainda essa semana até sexta-feira a gente voltar a falar com o Daniel, ver de onde pode ser buscado aí para fazer Academia dos 400 que era, mas, o que ficou acertado agora é que nós aprovamos os R\$ 2.000.000,00 vai iniciar, ele já vai dar o prosseguimento no Edital, é para atender, como é que chama? Que cadastra, sei lá, a matrícula, a matrícula de vocês, quantos que dá para matricular, que deve ser pelo menos os 231 e nós vamos buscar para que ainda nesses dias aí a gente consiga convencer o Governo buscar de algum lugar recurso para que ele faça Academia para que já inicie Academia para todos já até 5 de julho. Eu acho que por enquanto não tem outro caminho Deputado Jesuíno, essa questão da Pauta aqui da Casa é um compromisso que a Casa tem com todos os Remanescentes, é lógico, se a Casa ontem aprova, se a Casa consegue os R\$ 4.200.000,00 (quatro e duzentos) estava resolvido o problema, a Casa só pôde dar R\$ 2.000.000,00, mas o nosso diálogo com o Governo e a nossa luta e de convencer o Governo, eu acho que a gente vai conseguir, eu acho que a gente vai conseguir, eu hoje é a única coisa que eu peço do Governo é isso, eu não quero nada de Governo, eu não quero uma coca-cola de Governo para nada, eu quero que o Governo atenda os pedidos que a gente faz, pedido coletivo, que além de atender 500 trabalhadores que estão aí para prestar serviço para o Estado a população que ia ter mais policiamento, mais gente para cuidar da segurança do nosso Estado, é isso. Eu espero dos nossos Deputados, principalmente, do Presidente Maurão, Deputado Jesuíno, o próprio Deputado Jesuíno que ia viajar agora, já era para estar a caminho das Alagoas lá no Encontro da UNALE, deixou de ir para poder estar aqui com a gente, obrigado Deputado Jesuíno, Deputado Léo e todos os Deputados que estão nessa luta. E queria dizer para vocês que aquela luta nossa que a gente vai ver todos vocês fazendo Academia e com a Farda da Polícia Militar de Rondônia a gente vai conseguir, se Deus quiser a gente vai ver todos vocês fardados, pode um contratempo ali outro contratempo ali, mas a luta continua e não vai parar não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para colaborar, Deputado em discussão. Eu queria fazer aqui um reconhecimento Deputado Hermínio, e vou fazer uma retrospectiva. Esse concurso ele foi no ano de 2014 para 240 vagas, e nós, e nós lutamos para a majoração para 440; com mais 300, estou fazendo uma retrospectiva para entenderem até onde a gente quer chegar e depois dessa luta nunca nós paramos de lutar; Juscelino é um que sempre esteve a luta e outros aí; nós não tínhamos nem a certeza de conseguir a prorrogação desse certame, conseguimos. Tínhamos o primeiro momento 231 vagas que já estava todo mundo já praticamente resolvido essa situação, o entendimento seria 231 e àqueles iriam aguardar o chamamento para demais situações que iriam ocorrer, ou seja, o chamamento conforme a necessidade e abertura para o próximo ano, após a intervenção do Deputado Hermínio, após intervenção do Deputado Anderson, após a nossa intervenção conseguimos um acordo ao qual iria formar 400 homens. Naquele dia eu não sei quantos estão presentes que estavam naquela reunião, o Presidente Maurão falou para todos que iria disponibilizar R\$ 2.000.000,00, foi essa conversa. Foi quando chegou para

gente uma matéria aqui, um orçamento de R\$ 8.000.000,00 e agora nós estamos desde, já tivemos, o Deputado Léo Moraes, já tivemos diversas reuniões, estão tentando fazer ajustes e cortes e encontraram esse valor aí de R\$ 2.000.000,00 e o Estado não tendo condições de mandar mais R\$ 2.000.000,00, Deputado Hermínio. Eu quero dizer que esta Casa, em nome do Presidente Maurão, honrou o compromisso dela, honrou os Deputados e aqui nós estamos honrando o nosso compromisso em aprovar o Projeto, em dar, quando digo, a Segurança Pública necessita hoje de pelo menos recompor seu quadro efetivo, eu não estou falando aqui de aumentar o quadro, porque já está lavrado em Ata, que somente serão chamados ao final desse curso após a ida dos Militares para inatividade, só que nós temos já aptos com tempo de serviço 413 Militares, eu conversei com o Governo agorinha, com o Governador, eu falei: “Governador, seja sensível, a formação desses Militares, a Academia desses Militares, quem vai ganhar com isso é o Governo, é o Estado, serão formados, ficarão aptos”, e ele já tem a plena ciência que só serão chamados quando forem os Militares para inatividade. Então não podemos aqui não reconhecer a luta de todos que travaram da Assembleia Legislativa, o Capitão Marcelo que honrou o seu compromisso viu Deputado Léo Moraes, ele honrou o compromisso conosco, encaminhou Projeto para nós aqui aprovar. Eu digo sempre, a luta só acaba quando, no jogo, só quando termina o tempo, não é? E o tempo de vocês graças a Deus foi prorrogado o certame, ainda existem muitas questões a serem debatidas e discutidas e quem sabe nesse trajeto até o dia 07 de julho todos serão agraciados. Então fiquem, o Deputado Hermínio falou de uma forma tipo assim, já quase triste. Não. Ninguém está triste aqui não tem que está todo mundo feliz porque pelo menos isso aqui já chegou, ouviu Deputado Cleiton, vamos fazer ali um compromisso de buscar esses outros milhões, esses ajustes, quem sabe, para dar um novo encaminhamento que agora depende do Executivo, a parte da Assembleia Legislativa já foi feita a nossa responsabilidade já foi feita, agora, cabe ao Executivo buscar também atender porque eu não acredito que o Estado de Rondônia como foi falado hoje não tenha R\$ 2.000.000,00 para colocar numa Academia e remanejar o recurso desses.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, àqueles cálculos de R\$ 8.000.000,00 do Governo primeiro já foi tudo por cima aqui, era 8 meses de Academia, baixou para 6, automaticamente não são R\$ 8.000.000,00. E também diminuindo um monte de consumo e outros itens lá, com certeza essa Academia para os 400 não chega a R\$ 5.000.000,00. A Assembleia está dando R\$ 2.000.000,00, custava o Estado colocar R\$ 2.000.000,00? O que eu falei hoje aqui o Estado está negociando 360 parcelas de R\$ 25.000.000,00 de uma dívida que nós nem devemos mais que é a dívida do BERON e não tem R\$ 2.000.000,00 para poder resolver a questão tão importante da Academia de quase 500 trabalhadores. É falta de vontade política, é falta de vontade, porque R\$ 2.000.000,00, R\$ 3.000.000,00 no orçamento do Estado, no orçamento grande como é o do nosso Estado a nossa negociação mesmo, nosso acordo da JBS é 120 parcelas de R\$ 2.194.000,00. Uma parcela dessa que nós conseguimos do Friboi daria para custear o restante, é questão de vontade política. Conversei com

o Governador Daniel Pereira ele não garantiu, nós falamos por telefone agora, Deputado Léo, não garantiu que iria resolver agora 100%, mas ficou aberto para a gente buscar um meio para ver se complementa para fazer Academia para os 400 como foi combinado naquela reunião lá no CPA.

(Às 14 horas e 42 minutos o Sr. Airton Gurgacz passa a Presidência ao Sr. Edson Martins).

O SR. LÉO MORAES – O Deputado Edson, que está presidindo a nossa Sessão, está suspensa algumas horas até porque nós estávamos aguardando desde às 9 horas e o Capitão Marcelo, honrou, mas atrasou, comentou que ia entregar no começo da manhã para a nossa Assembleia, para o nosso Poder e eu acho que não faz o menor sentido a gente pensar e acreditar que isso é o suficiente porque a sociedade precisa de mais policiais na rua. Isso vai ser um grande ganho e uma grande boutique, boutique, grife, para o Governador anunciar que ele conseguiu colocar mais policiais nas ruas, nós não estamos pedindo nenhum privilégio e nenhum benefício, nós estamos cobrando o efetivo de Policiais Militares nas ruas para o nosso Estado de Rondônia, eu entendo que agora eles entregaram, fizeram devolução de recuso que já é desse poder, nada mais natural e obrigado a fazer mesmo. E que agora esse poder tem que se unir para que o Estado, que tem oito bilhões de reais de orçamento possa suprir o restante para fazer o chamamento dos 400 policiais militares. E se necessário for Deputado, se necessário for, nós temos mecanismos legais, regimentais, internos de fazer isso acontecer. É a hora dos Deputados se unirem, porque eu tenho certeza que os cinquenta e dois municípios irão ganhar com efetivo de segurança pública. Então, a gente pede a colaboração do mediador dessa relação que é o Capitão Marcelo, para que ele leve essa demanda ao Governador, Governador, teve uma medida muito acertada ontem, e unificou as forças de segurança pública Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Nós vimos aqui os comandantes juntos à tropa, e agora é também o momento de nós cobrarmos melhoria na Polícia Civil, e lógico que a gente possa aumentar esse efetivo. Portanto, vamos até onde der, até onde for legal, nós vamos cobrar para que o Governo mande o restante desse recurso para aplicar e atender esses quatrocentos guerreiros. Essa é a nossa mensagem, se necessário for, se tiver condições, vamos segurar essa pauta para discutir temas relevantes nesta Assembleia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão o Deputado Adelino, para discutir o Projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Acho que nós estamos aqui desde manhã aguardando. E se era só para documentar esse nosso recurso de dois milhões, porque deixaram de castigo nós até há uma hora dessas? Das nove da manhã até agora. Eu estou achando que tinham que ter mandado tudo, porque se tivesse fazendo alguma alteração, através de decreto ou alguma coisa, eu pensei que por isso estava demorando. Mas, se era só para... se era só para fazer esse Projeto para man-

dar os dois milhões. É tão rápido que isso qualquer técnico fazia. Mas, aquilo que o Deputado Cleiton, Deputado Léo Moraes, falou, nós precisamos que o Estado agora garanta isso, porque senão a gente fica aqui assumindo um compromisso, se expondo. E ao meu ver esses dois milhões que nós damos, era para além dos duzentos e trinta e quatro. Por que este compromisso o Governo do Estado já tinha, o Secretário de Planejamento já tinha todo mundo já tinha feito esse compromisso dos duzentos e trinta e pouco. Então, esses dois milhões; ao meu ver, tem que ter Deputado Jesuíno, passar mais do que estava previsto, nós estamos colaborando para poder chamar o restante. Ao meu ver Deputado Cleiton, porque se não nós vamos ficar patinando no mesmo lugar, nós não vamos resolver nada, nós vamos resolver o problema do Governo, não vamos resolver nada o problema do pessoal. Eu quero deixar a minha posição.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, também quero discutir o Projeto. Primeiro lugar saudar todas as pessoas que estão aqui na galeria, parabenizar vocês pela luta, dizer que com luta já é difícil às conquistas, imagina sem não houver organização, se não houver o empenho, e eu quero aqui cumprimentar e saudar cada um de vocês. A nossa preocupação por essa matéria ter chegado só agora, é com vocês que estão aqui esperando, porque Deputado ele ganha para isso mesmo, tem que estar aqui. Se eu tivesse que ficar aqui até meia noite para aprovar essa matéria eu ficaria em homenagem a vocês, mas, o nosso sentimento é por vocês por estar nessa luta de vários dias, de vários meses e alguns anos aí. Agora a nossa obrigação como Deputado Estadual é acompanhar, está aqui. Se eu tivesse que ficar hoje até meio dia para votar essa matéria, eu estaria aqui para votar cumprindo a minha obrigação. Quero aqui parabenizar os Deputados que tem encampado essa luta, sei que é a grande maioria desta Casa. Mas, aqui em especial o Deputado Hermínio, que tem sido um baluarte, um gigante nessa luta entendeu que não tem aceitado não como resposta, ao próprio Deputado Jesuíno, Deputado Hermínio, Deputado Anderson do Singeperon, Deputado Adelino, enfim, todos os Deputados desta Casa aqui, querem que essa solução seja resolvida. O que nós queríamos é que isso tivesse ocorrido já algum tempo, mas, naturalmente a questão de receita, o fechamento, a matemática, não é simples assim, a vontade é que todos os problemas fossem resolvidos. Avança um pouco aqui, a luta continua porque não está praticamente, não está resolvida é apenas com esses dois milhões da Assembleia Legislativa aqui, que foi um compromisso firmado na última reunião que aconteceu no Palácio do Governo, que foi intermediado pelos Deputados. Agora assim, a gente sabe da necessidade do policiamento, a gente sabe do comprometimento também do Governo na melhoria da segurança pública Deputado Léo Moraes, Deputado Adelino, haja vista o exemplo de ontem à tarde, onde foi uma tarde histórica para esta Casa, onde nós avançamos muito Deputado Hermínio, principalmente numa demanda há mais de onze anos que era discutida, e avançou aqui. Então, eu espero que a gente consiga êxito, agora, tem que dizer também de onde

nós vamos tirar o recurso para o fechamento no Executivo. Então, é importante também a gente aqui entender o outro lado também, à vontade do Governo do Estado, a vontade é contratar, é convocar os 400 da fila, a vontade é contratar os 400. Bom, se vocês vieram aqui só para ouvir aquilo que agrada vocês não havia necessidade, já estava tudo resolvido, agora tem que ouvir os dois lados também. Eu vou ajudar a fazer essa discussão, agora se vocês querem só ouvir a coisa que lhes agrada, eu não ouço só coisas que agrada, tem muita coisa que eu preciso conviver com ela e ajudar a solucionar os problemas, entendeu? Agora, que não é fácil a vida do Executivo também não é, a gente sabe das limitações enfrentadas, a gente sabe que nada adianta contratar e depois não ter dinheiro para pagar o salário, isso pode acontecer, tem outros Estados da Federação nós estamos vendo o que está acontecendo aí. Então seria muita infantilidade a gente vim dizer aqui que está tudo 100% e mil maravilhas, tem barreiras a serem quebradas, tem muros a serem transpostos que precisar ser com muito pé no chão, com muita vontade e dedicação como nós fizemos nesses últimos dias na tentativa de resolver esse problema, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Projeto de Lei 981/2018, primeira discussão e votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Eu quero parabenizar todo esse público jovem aqui que com certeza ...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, questão de ordem. Se não for aprovado o remanejamento agora... Deputado Cleiton, a nossa preocupação neste exato momento é o seguinte, não tem os 13 deputados, está aprovado só em primeira discussão, para ir publicar para começar essa questão... Pergunta para o Capitão Marcelo, e gente pede só a questão de ordem para suspender cinco minutos, se aprovado em primeiro turno já dá para dar o start no edital. É questão de ato, só vai ser terça e aí a gente vai prejudicar o... Tem que votar nas duas então.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Jesuíno, acho que nós podemos encerrar e falta parece que 1 ou 2 deputados, vamos abrir novamente o painel, os deputados comparecem, vamos registrar a presença e nós vamos aguardar 1 hora, 2 horas, o projeto é importante, nós vamos aguardar que alguns deputados que estão fora que venham.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do requerimento de dispensa de interstício.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DISPENSA DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requeiro a Mesa nos termos do Parágrafo Único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei 981/2018, de autoria do Poder Executivo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação requerimento de dispensa de interstício regimental do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação o requerimento. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Não há, Presidente, matéria a ser deliberada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não há mais matérias, nós vamos encerrar a sessão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, senhor Presidente. Só para esclarecer aqui, o meu amigo Cleiton Roque falou que nós temos obrigação de estar aqui, temos sim que estar à disposição e nós ficamos aqui, mas não é que os deputados só têm uma atividade de ficar aqui também não, então nós ficamos aqui porque nós temos um compromisso com esse pessoal. A sessão era para ter terminado, nós suspendemos, e eu tinha uma agenda agora a tarde com 3 prefeitos agora aqui, e mesmo assim fiquei. Então não é que o deputado, tem muitos deputados que não estão aqui porque tinham outra agenda também. Então só para deixar esclarecido para dizer que o deputado tem que ficar 24 horas aqui não, somos deputados em qualquer lugar do Estado e Rondônia, não é só aqui não. Então nós ficamos aqui porque assumimos o compromisso e eu tenho certeza que tem os 13 deputados e o restante que não estão aqui agora é porque também tiveram outras atividades e também atividade de deputado não é só ficar aqui no plenário e esperar. E o que eu falei, Deputado Cleiton, é que se fosse para fazer só esse projeto não precisava nos deixar de castigo até agora não, que nós ficamos de castigo aqui porque aquilo ali não tem justificativa para ficar até este momento para poder votar esse projeto. Se fosse outro mais complicado que fosse buscar no orçamento do Estado, isso eu imaginava, isso eu comentei, agora não porque eu tenho obrigação de ficar aqui posando aqui por causa que você quer não. Obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, só respondendo à pergunta do Deputado Jesuíno, pelo menos esta primeira parte do orçamento, Deputado Jesuíno, a gente precisa aprovar ela para ser sancionado para deflagrar o edital, depois, mesmo podendo depois haver novos remanejamentos para concluir, pode ocorrer após, mas para ser deflagrado o edital precisa ser aprovado, precisamos encontrar esse 13º deputado aqui.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia, passamos ao Grande Expediente que não há oradores inscritos. Encerrada o Grande Expediente, passamos as Comunicações de Liderança que também não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Liderança passamos as Comunicações Parlamentares, que também não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão

Extraordinária para em seguida, a fim de apreciar em segunda discussão e votação a matéria aprovada nesta Sessão.
Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 14 horas e 55 minutos)

**30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 06 de junho de 2018

**Presidência do Sr.
EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente**

**Secretariado pelo Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 15 horas e 02 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (MDB), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (MDB), Leo Moraes (PTB) e Maurão de Carvalho (MDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Alex Redano (PRB), Anderson do Singeperon (PV), Ezequiel Júnior (PRB), Jean Oliveira (MDB), Laerte Gomes (PSDB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (MDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (MDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 30ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Solicito a dispensa da leitura da Ata, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Passamos a Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AIRTON GURGACZ – Senhor Presidente, estou com vista de um processo e gostaria que colocasse na ordem do Dia para mim, por favor. Gostaria que lesse hoje também.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está deferido o pedido do Deputado Airton Gurgacz, está inclusa na Ordem do Dia a matéria citada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 981/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 119. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por

anulação, até o montante de R\$ 2.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Projeto De Lei 981/18 do Poder Executivo/Mensagem 119. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 2.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC.

Em discussão o Projeto. Em segunda votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só batalhar agora para vir o resto do recurso para poder complementar os quatrocentos. Os dois milhões, compromisso desta Casa já está honrado, aqui o Deputado Maurão, junto com todos os deputados. E parabenizar os deputados que priorizaram ficar aqui nesta votação. Muitos tiveram outra agenda, não se preocuparam com vocês, mas nós estamos aqui até esse momento aguardando esse Projeto. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Senhor Presidente, foi pedido à inclusão na Ordem do Dia, sobre esse Projeto, que trata do Projeto de Lei Complementar 217. Autor Deputado Adelino Follador. Acrescenta o a parágrafo 4º do artigo 32, que estava com vista do deputado Airton Gurgacz, o Deputado Airton pediu para colocar na pauta...

O SR. AIRTON GURGACZ – Eu posso fazer a minha.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – O Presidente autorizou, o senhor vai retirar?

O SR. AIRTON GURGACZ – Tem 13 deputados?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Está com 13.

O SR. AIRTON GURGACZ – Está com 13 deputados, eu pedi vista a semana passada e hoje vence a vista.

O SR. CLEITON ROQUE – Foi deferido o pedido de vista, inclusão na Ordem do Dia, Presidente.

O SR. AIRTON GURGACZ – Eu quero fazer a minha alegação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Foi deferido, a menos que alguém peça para retirar, do contrário não vamos votar.

O SR. JESUÍNO BOABAID - O Presidente deferiu, aí como é que vai ficar essa situação agora?

O SR. CLEITON ROQUE – Foi deferido já, uai! Nós vamos votar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deferiu.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu gostaria de Questão de Ordem. Deputado Edson, deixa só eu explicar esse projeto. É o Projeto do traslado de Ariquemes ao aeroporto. Então esse aqui, como nós não temos aeroporto em Ariquemes, é transportado durante o mês, todas as pessoas que viajam são transportadas de Ariquemes até o Aeroporto. E aí, hoje, praticamente, em vez de ir para a rodoviária pegar ônibus e vir para Porto Velho, pegar táxi para ir para o aeroporto, ele vai simplesmente, está acontecendo isso já há 09 anos e meio. Não tem como voltar atrás hoje, interromper esse serviço que já é feito esse serviço que já é feito esse serviço há tantos anos e é um serviço que já existe. Então, nós precisamos alterar isso aqui, mas eu queria que fosse alterado no dia que estiverem, numa Sessão Ordinária que estiverem todos os Deputados para analisarem. E nós precisamos manter, nós não queremos, eu não acredito que nesta Casa, tem inclusive, já nesta Casa, o Deputado Maurão já foi encaminhado um pedido à Associação Comercial com todos os associados assinando, têm, dos 13 Vereadores, 12 Vereadores assinaram o documento pedindo apoio, a rede social está pedindo apoio para não interromper esse trabalho. Porque o avião chega à uma e meia da manhã e a pessoa tem que vir. Então, ele tem que ir para a rodoviária, esperar quando tem ônibus para depois ir para Ariquemes. Com o dinheiro hoje, aquilo que é acrescido na passagem, só do aeroporto para a rodoviária, a Van pega e deixa ele em casa e busca ele em casa. Então nós precisamos analisar com carinho esse tipo de projeto para não prejudicar. O Deputado Airton sabe muito bem quanto é, quem chega duas horas da manhã, três horas da manhã ter que ir para a rodoviária esperar o horário de um ônibus para depois ir para Ariquemes. Então, tem a questão social. Está sendo falado que tem ilegalidade, mas nós temos a questão, pelo bem social. Então, esse serviço está sendo feito, e eu acho que não cabe a nós atrapalhar a vida do cidadão. Até que não tiver aeroporto em Ariquemes, isso aqui tem que ter. É três mil, três mil e cem pessoas que são transportadas uma hora da manhã, duas e meia da manhã, onze horas da noite, quando chegam os voos e quando voltam. Traslado tem no Brasil todo. Se tiver alguma coisa que está ilegal, nós temos que regularizar para que esse serviço continue. Então, só para esclarecer e dizer que nós não concordamos que vote hoje, tem 13 votos, eu não vou registrar minha presença aqui para poder, eu vou pedir, se for votado esse projeto eu vou pedir para verificar o quorum, não vai dar 13 votos, não vai poder votar. Então, eu quero que vote na Sessão onde tenham todos os Deputados aqui, principalmente os de Ariquemes, que está só eu aqui de Ariquemes, que esse projeto, especificamente, de Jarú e Ariquemes hoje que têm o traslado.

O SR. AIRTON GURGACZ – Só para, viu senhor Presidente, os Deputados, até agora nós tínhamos 13 votos. Essa matéria, Deputado Follador e outros Deputados, compete a AGERO, eu tenho o parecer aqui da nossa Assessoria Jurídica, dizendo que é do Poder Executivo dar essa autorização, Deputado Lebrão,

Deputado Dr. Neidson, é do Executivo. Não é, não parte de nós. Então, é só ir à AGERO, até a AGERO já está com um trabalho do estudo para resolver essa situação. Então, essa é minha preocupação, de ir lá, é uma inconstitucionalidade nossa. E a AGERO já está em estudo, Deputado Lebrão, o senhor pode se dirigir a AGERO, e eles estão fazendo esse trabalho lá. Então, é por isso que eu fiz esse pedido de vista, desse projeto, pedindo o indeferimento dele e pedindo também o arquivamento dele, senhor Presidente. Porque a AGERO, é competência do Governo do Estado. O nosso Dr. Ceccato, o nosso Adjunto já nos autorizou, dizendo que é inconstitucional essa questão. Então, nós não vamos votar uma coisa que é inconstitucional aqui dentro da Assembleia Legislativa, onde a AGERO, o DER e o Governo do Estado podem resolver. É de competência deles e não é nossa, dos Deputados. Senão eu já teria pedido muita coisa aqui para a Eucatur, para algumas outras empresas, mas coisa que eu não faço porque eu sei que não é por aqui o caminho. Então eu tenho aqui o parecer do Dr. Ceccato, já tem também o estudo da AGERO, fazendo um trabalho junto com vários órgãos aqui até tem o Relatório eles me passaram essa semana, a AGERO está tratando disso por ordem do Governador Confúcio e com continuidade do Governador Daniel, está envolvido aí o DETRAN, está envolvido o DNIT, está envolvido a Polícia Militar, está envolvido o DER, tem o Promotor Público, então tem várias ações trabalhando em cima para melhorar essa questão da Lei aí eles vão mandar para nós para que nós possamos aprovar. Então, por isso que eu peço aqui o arquivamento dessa matéria, senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu estou só pedindo a Verificação de Quorum então, senhor Presidente, aí automaticamente nós acabamos essa conversa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Nos termos regimentais, deferido o pedido de Verificação de Quorum do Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu não vou registrar quorum para depois sacanear as pessoas que estão querendo..., então, eu não quero que...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Adelino, é regimental, vocês podem obstruir a votação, mas desde que não estejam ao Plenário.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- presente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Edson Martins	- presente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente

- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- presente
- Deputado Léo Moraes	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não havendo quorum regimental para deliberação da matéria fica retirada a matéria da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, antes de encerrar esta Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 12 de junho, no horário regimental, ou seja, às 15 horas e comunico a realização de Audiência Pública de autoria dos Deputados Maurão de Carvalho e Deputado Dr. Neidson para discutir sobre a Emancipação dos Distritos de Nova Dimensão e região do Distrito de Nova Dimensão no dia 08 de junho, às 15 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 15 horas e 17 minutos).

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PMN - Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referente a **Mensagem nº 112**, de 21 de maio de 2018 que Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$17.763.854,14 (dezesete mil, setecentos e sessenta e três, oitocentos e cinquenta e quatro reais e catorze centavos), em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Poder Executivo, nos termos do art. 29, XVIII, XXXIV, XXXVI, da Constituição Estadual, bem como o art. 179 do Regimento Interno, cópia na íntegra dos documentos discriminados a seguir:

- ✓ Cópia na íntegra do Processo Administrativo;
- ✓ Exposição dos motivos;
- ✓ Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, conforme art. 104 da Constituição Estadual;

✓ Indicar o impacto orçamentário no âmbito do Estado de Rondônia, nos termos do art. 16, I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2010.

JUSTIFICATIVA

O Poder Executivo encaminhou à esta Casa de Leis mediante a **Mensagem nº 112**, de 21 de maio de 2018 que Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$17.763.854,14 (dezesete mil, setecentos e sessenta e três, oitocentos e cinquenta e quatro reais e catorze centavos), em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES.

Diante da importância do Projeto de Lei, solicita as informações em epígrafe, com as atribuições do Poder Fiscalizador previsto na Constituição Estadual em seu art. 29, XVIII, XXXVI c/c art. 46, Parágrafo único:

Art. 29. Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

XVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;

XXXVI - fiscalizar os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.

Igualmente,

Art. 46 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

Parágrafo único. Prestará Contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 29 de maio de 2018.

Dep. Jesuino Boabaid - PMN

REQUERIMENTO DEPUTADO NEIDSON – PMN - Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene para o dia 21.06.2018, às 9h, nesta Casa Legislativa, para a concessão de entrega de Medalha do Mérito Legislativo e Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com observância as formalidades Regimentais, requer à Mesa Diretora, que seja aprovada a realização de sessão Solene para o dia 21 de junho de 2018, às 9h, por meio desta Casa Legislativa, para homenagem com

a entrega de Medalhas do Mérito Legislativo e Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

Em razão da recente aprovação dos Requerimentos por meio Projetos de Decretos Legislativos de números, Medalhas, (318/18) (30918), (313/18), (314/18), (314/18), (315/18), (312/18), (311/18), (310/18), (308/18), (319/18) e Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia (256/18), com escopo de homenagear com Medalhas do Mérito Legislativo e Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia é que se faz necessário a presente proposição.

Consigna-se que os nomes dos homenageados são os que seguem abaixo:

Requerimento de Título Honorífico de cidadão do Estado de Rondônia para Edilson José de Matos Fonseca (256/18), e Medalhas do Mérito Legislativo para:

- CEL BM Martins Moreira Barbosa (318/18),
- CEL BM Lindoval Rodrigues Leal (309/18)
- CEL Nivaldo de Azevedo Ferreira (313/18)
- BM Rodrigo Andrade da Rocha (314/18)
- MAJ BM Daniele Cristina Lima Ferreira (315/18)
- CEL BM Gilvander Gregório de Lima (312/18)
- BM Felipe Santiago Chianca Pimentel (311/18)
- Palmira Gomes de Souza (310/18)
- CEL BM Roberto Eloi de Souza (308/18)
- PM Odinelson Gomes Braga (319/18).

Que a entrega da Medalhas do Mérito Legislativo e Título Honorífico de Honra ao Mérito, será de grande relevância para todos os homenageados que de certa forma contribuíram para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Portanto, solicitamos o apoio e o voto dos nobres Pares, a fim de aprovarmos a nossa propositura.

Plenário das Deliberações, 29 de maio de 2018
Dr. Neidson de Barros Soares – PMN

REQUERIMENTO DEPUTADO NEIDSON – PMN - Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia Pedido de Informações.

O Deputado que o presente subscreve, requer junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 29, inciso XVIII, artigo 31, § 3º da Constituição Estadual e artigo 179, inciso III, do Regimento Interno, pedido de informações no que tange a abertura de crédito suplementar por Superavit Financeiro (Anexo I), Fundo Estadual de Saúde – FES de proveniência do Governo do Estado de Rondônia, da forma que segue abaixo:

A – Informar quais são os profissionais que necessitam de qualificação para o SUS e que a previsão para ser realizada essa qualificação e quais serão oferecidos?

B – Quais são as unidades de saúde que necessitam da Construção, ampliação e reformas e em quais Municípios?

C – Quais são as Unidades de Saúde que necessitam ser equipadas e em quais Municípios?

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,
Senhores Deputados,

Tem essa proposição a finalidade de requerer por intermédio desta Casa Legislativa, nos moldes dos artigos supracitados, informações precisas e detalhadas sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superavit Financeiro, pelo Governo do Estado de Rondônia através do Projeto de Lei.

Consigna-se que foi encaminhado a mensagem nº 112, de 21 de maio de 2018, para esta Casa de Leis que autoriza o Poder Executivo a abrir o referido crédito, contudo, o ínclito Parlamentar Dr. Neidson, por meio desta Casa Legislativa, **Requer** informações mais detalhadas sobre o que tange o Anexo I, do Projeto que descreve em especial o código e a especificação do anexo em comento, por ser de suma relevância para o conhecimento deste Parlamentar e de todos aqueles que necessitam manter um conhecimento sobre o caso de reforma mais explícita.

Dada a relevância do pleito, conto com o apoio e aprovação dos nobres Parlamentares.

Plenário das Deliberações, 30 de maio de 2018
Dr. Neidson de Barros Soares – PMN

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

PROJETO DE LEI DEPUTADO SÓ NA BENÇA – MDB – Dispõe acerca da criação do Dia da Consciência Negra no Estado de Rondônia, bem como a implementação de ações para conscientização e promoção da cultura negra nas escolas e órgãos públicos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, decreta:

Art. 1º Instituir o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra assim como a Lei 12.519/11.

Art. 2º A realização das seguintes atividades:

I. Propiciar as comemorações e promover a conscientização por ações informativas, nas escolas, bem como em lugares públicos, junto ao movimento negro, através de intervenções (artísticas entre outras), ciclo de palestras com grandes nomes do movimento negro, caminhadas públicas para tratar dos aspectos sociais, culturais e políticos.

II. Assistência governamental (mediante secretarias e/ou fundações culturais) para auxílio na promoção e divulgação dos eventos.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A população negra no estado de Rondônia representa em 62,5% do total conforme o último censo realizado, sendo,

por óbvio a maioria do conjunto de habitantes. Importante mencionar que ainda existe grande abismo racial no país, seja de forma patente ou velada, mas que os colocam a margem de todo o resto, evidenciando a necessidade da criação de políticos para os colocarem na situação de igualdade social.

A criação do dia da consciência negra no estado de Rondônia se faz necessária para trazer visibilidade e atenção, e lugar de fala à essa parte da população que ainda sofre repressão e se encontra marginalizada há tantos anos.

A escolha da data – 20 de novembro – se dá em razão do grande acontecimento que marcou a luta dessa classe em face de toda a opressão e escravidão promovida pelos brancos, data da morte de “Zumbi dos Palmares”, líder do Quilombo que leva o seu nome, e que foi assassinado e teve seus restos mortais expostos em praça pública, se tornando um símbolo da resistência negra, bem como de seu movimento, face da dominação branca.

Plenário das Deliberações, 30 de maio de 2018.
Dep. SÓ NA BENÇA – MDB

REQUERIMENTO DEPUTADO SÓ NA BENÇA – PMDB – Requer à Mesa Diretora que seja concedido voto de louvor aos Pastores do Estado de Rondônia, por seus trabalhos desenvolvidos.

Os deputados que subscreve, nos termos regimentais, requerem à mesa diretora, aprovação de voto de louvor aos Pastores do Estado de Rondônia, devido a comemoração do dia do pastor que se comemora no dia 10 junho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,
Nobres Parlamentares,

A propositura apresentada tem por objetivo homenagear os pastores do Estado de Rondônia. A origem dessa homenagem aos pastores evangélicos é desconhecida, registros antigos da Convenção das Igrejas Batistas Independentes informam que desde a década de 50 se comemora o Dia do Pastor, uma troca do nome ao dado ao Dia da Junta da Beneficência, data onde os fiéis se reuniram para levar ofertas para os pastores aposentados.

Nos últimos anos a data passou a ser oficializada em algumas localidades por meio de leis municipais ou estaduais como aconteceu em Teresina (PI), Uberlândia (MG), Campo Grande (MS) no Estado do Rio de Janeiro, Distrito Federal e outras.

Algumas igrejas aproveitam para falar sobre o trabalho do pastor e para homenagear os homens e mulheres que escolhem viver para pregar a Palavra de Deus e servir aos fiéis, com palavras de motivação, encorajamento e com ações sociais.

O valor de um pastor não é medido pela aprovação de homens, mas pela aprovação de Deus. O pastor é segundo o coração de Deus e não segundo o coração dos homens (Jr. 3.15);

Portanto, entendemos que os pastores do estado de Rondônia devem ser homenageados pela sua história de serviços.

E dessa forma, contamos com o apoio e voto dos Nobres Parlamentares.

Plenário das Deliberações, 30 de maio de 2018.
Dep. SÓ NA BENÇA – MDB

REQUERIMENTO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP – Requer à Mesa Diretora, realização de Sessão Solene para entrega de “Medalha de Mérito Legislativo” à Policiais Militares.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene, no dia 28 de junho de 2018, às 9h, para entrega de “MEDALHA DE MÉRITO LEGISLATIVO”, aos Policiais Militares relacionados a seguir:

- Capitão PM Paulo Antunes da Silva;
- 1º Sargento PM Maria da Conceição Cardoso M. de Oliveira;
- 2º Sargento PM José Aparecido Gomes;
- Cabo PM Fabio Rodrigues;
- Cabo PM Sandro Pinho;
- Cabo PM Cleiton Gomes de Melo;
- Soldado PM Raimundo Nonato da Silva Junior;
- Soldado PM Maricleide Lima da Fonseca;
- Soldado PM Elinete Campina Marcião;
- Soldado PM Valmar Ferreira Prata Junior;
- Soldado PM Evandro Bezerra de Sousa;
- Soldado PM Frankmar Pereira de Araújo.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A realização da Sessão Solene, objeto deste Requerimento, é para que seja feita a entrega de “Medalha de Mérito Legislativo” aos Policiais Militares, já aprovada por esta Casa na Sessão Ordinária do dia 29 de maio de corrente ano.

Para tanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Parlamentares.

Plenário das Deliberações, 30 de maio de 2018.
Dep. AÉLCIO DA TV – PP

REQUERIMENTO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO – PC DO B – Requer a Mesa Diretora a realização de Sessão Solene para o dia 11 de Junho de 2018 as 9h, no plenário desta Casa de Leis, para a concessão de **Voto de Louvor ao Programa Muito Mais Cultura**, na pessoa de sua idealizadora e apresentadora **Sr. Maria LindamirKozan**.

O Parlamentar que o presente subscreve, vem requerer à Mesa Diretora, nos termos do artigo 107, inciso V, c/c o artigo 181, inciso 181 III do Regimento Interno, a realização de Sessão Solene para o dia 11 de Junho de 2018 as 09h00, no plenário desta Casa de Leis, para a concessão de **Voto de Louvor ao Programa Muito Mais Cultura**, na pessoa de sua idealizadora e apresentadora **Sr. Maria LindamirKozan**, programa apresentado todos os sábados das 9h às 10h00m, na **Rádio Cultura FM 107,9**.

Plenário das Deliberações, 29 de maio de 2018.
Dep. JOSE HERMÍNIO COELHO – PC DO B

ADVOCACIA GERAL

TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0012013, FIRMADO ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA PNA PUBLICIDADE LTDA.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.801.221/0001-10, com sede na Av. Presidente Dutra, nº 4.229, nesta cidade de Porto Velho/RO, doravante designado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Presidente, **DEPUTADO MAURO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG n. 287.641 – SSP/RO e CPF 220.095.402-63, e pelo **Secretário-Geral ARILDO LOPES DA SILVA** brasileiro, servidor público, portador do RG 19593991-SSP-SP, e CPF 299.056.482-9, residente e domiciliado nesta Capital, doravante de nominado **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa **PNA PUBLICIDADE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o 04.746.016/0001-07, com sede na Av. Brasília, 2930, Bairro São Cristovão, nesta Capital, neste ato representada pelo Senhor **EURÍPEDES CLAITON RODRIGUES CAMPOS**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado na Av. Brasília, 2930, Bairro São Cristovão, portador do CPF 021.714.528-03 e RG 13.312.409 SSP/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato n. 001/2013, instruído no Processo n. 00566/2012, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO ADITIVO** tem por objeto a **PRORROGAÇÃO** pelo prazo de 21 (vinte e um) dias do Contrato n.º 001/2013, referente à prestação de serviços de publicidade, conforme termo de referência, parte integrante do contrato, instruído no Processo Administrativo n. 566/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica estabelecido para o presente **TERMO ADITIVO** o prazo de 21 dias, a iniciar-se em 10 de junho de 2018 e ultimando-se em 30 de junho de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

O substrato Legal do presente Termo Aditivo encontra-se consubstanciado e amparado na forma do artigo 57, 4º da Lei Federal nº. 8.666/93 e autorização constante no Processo Administrativo nº 00566/2012.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário n.º001/2013 e demais aditivos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente **TERMO ADITIVO**, o qual depois de lido e achado conforme, vai

devidamente assinado pelas partes aditantes e com visto do Senhor Advogado Geral desta Casa Legislativa, e registrado às fls. 23 (vinte e três) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2018 da Advocacia Geral.

Porto Velho/RO, 08 de junho de 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

PNA PUBLICIDADE LTDA

EURÍPEDES CLAITON RODRIGUES CAMPOS
Representante Legal

Visto:

Celso Ceccatto
Advogado Geral

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2018, FIRMADO ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO**, inscrita no CNPJ nº 04.794.681/0001-68, com sede na Rua Major Amarantes, nº 390, Bairro Arigolândia, CEP 76.801-911 Porto Velho/RO, representada neste ato por seu Presidente, Deputado **MAURO DE CARVALHO**, RG nº 287.641 SSP/RO e do CPF nº 220.095.402-63, e pelo Secretário Geral **ARILDO LOPES DA SILVA**, brasileiro, servidor público, portador do RG nº 19593991 SSP/SP, e CPF nº 299.056.482-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a **FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV)**, pessoa jurídica de direito privado, de caráter técnico-científico e educativo, reconhecida de utilidade pública pelo Governo Federal, pelo Decreto s/n.º, de 27.05.92, publicado no D.O.U de 28.05.92, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto n.º 39.714, de 11 de agosto de 2006, publicado no D.O.E de 14 de agosto de 2006, e pelo Município do Rio de Janeiro, pela Lei n.º 5.242, de 17 de janeiro de 2011, publicada no D.O.M de 18 de janeiro de 2011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.641.663/0001-44, com sede na Praia de Botafogo, 190, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada por seu Vice-Presidente, Sr. **SERGIO FRANKLIN QUINTELLA**, portador da carteira de identidade n.º 09751/D, expedida pelo CREA/RJ e do CPF/MF n.º 003 212 497-04, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 010/2018, instruído ao processo administrativo nº **14032/2017-34**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a **ALTERAÇÃO** da planilha de distribuição de vagas, níveis de escolaridade e especialidades, constante no item 1.1., da Cláusula Primeira, do Contrato nº 010/2018, referente à prestação de serviços técnicos especializados para a organização e realização do I Con-

curso Público para Provimento de Cargos do Quadro Especial da Advocacia e do Quadro de Pessoal Permanente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para provimento de 110 (cento e dez) cargos, observado o período de validade do concurso e o interesse da Administração.

Escolaridade	Cargo	Especialidade	Vagas
Nível Superior	Advogado	-	4
	Consultor Legislativo	Assessoramento em Orçamentos	2
	Consultor Legislativo	Assessoramento Legislativo	4
	Analista Legislativo	Administração	4
		Arquitetura	1
		Arquivologia	2
		Assistência Social	1
		Biblioteconomia	1
		Comunicação Social – Jornalismo	2
		Comunicação Social – Relações Públicas	2
		Contabilidade	4
		Economia	2
		Engenharia Civil	2
		Engenharia de Segurança do Trabalho	1
		Engenharia Elétrica	2
		Engenharia Mecânica	1
		Estatística	2
		Matemática	2
		Pedagogia	2
		Processo Legislativo	4
		Psicologia	2
		Redação e Revisão	4
		Taquigrafia	8
		Tecnologia da Informação – Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3
		Tecnologia da Informação – Banco de Dados	2
Tecnologia da Informação – Infraestrutura de Redes e Comunicação	1		
Nível Médio	Assistente Legislativo	Sem Especialidade	25
		Técnico em Contabilidade	4
		Técnico em Desenho de Construção Civil	2
		Técnico em Edificações	1
		Técnico em Eletroeletrônica	1
		Técnico em Logística	2
		Técnico em Informática	3
		Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	3
		Técnico em Segurança do Trabalho	1
		Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	3

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

O substrato Legal do presente Termo Aditivo encontra-se consubstanciado e amparado na forma do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorização do Secretário Geral às fls. 680, do Processo Administrativo nº 14032/2017-34.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÃO FINAL

Ficam ratificadas todas as cláusulas do Contrato nº. 010/2018/ALE/RO.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, o qual depois de lido e acha-

do conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes e com visto do Senhor Advogado Geral-Adjunto desta Casa Legislativa, e registrado às fls. 16, do Livro de Registros de Termos Aditivos do ano de 2018 da Advocacia Geral.

Porto Velho-RO, 08 de maio de 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

MAURO DE CARVALHO

Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV

SERGIO FRANKLIN QUINTELLA

Vice-Presidente

Visto:

Whanderley da Silva Costa
Advogado Geral-Adjunto

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº1411/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

RELOTAR

JOAQUIM PEREIRA COELHO, matrícula nº. 100009367, ocupante do Cargo de Agente de Serviços, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 13 de junho de 2018.

Porto Velho, 13 de junho de 2018.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO 1347/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

RELOTAR:

ZACARIAS BATISTA DONADON, matrícula nº. 100006090, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no

Gabinete da Deputada Rosângela Donadon, a partir de 10 de maio de 2018.

Porto Velho, 05 de junho de 2018.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº1479/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

ALAN NEGRI FEITOSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-14, do Departamento de Comunicação Interna e Externa, a contar de 19 de junho de 2018.

Porto Velho, 15 de junho de 2018.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº1496/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

DJALMA NUNES LIMA JUNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-23, do Gabinete do Secretário Geral Adjunto, da Secretaria Geral, a contar 04 de junho de 2018.

Porto Velho, 15 de junho de 2018.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº1381/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

JANAINA GOMES DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete do Deputado Saulo Moreira, código DGS-1, a contar 1º de junho de 2018.

Porto Velho, 11 de junho de 2018.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº1382/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

RICARDO JOSE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão de Chefe de Gabinete do Deputado Saulo Moreira, código DGS-1, a contar de 1º de junho de 2018.

Porto Velho, 11 de junho de 2018.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 421/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Tornar sem efeito o ATO Nº 356/2018-SRH/D/P/ALE, de 30.05.2018, publicado no DO-e-ALE/RO, nº95, pag. 1723, de 04.06.2018, que concedeu diárias ao Deputado Estadual

Anderson da Silva Pereira, conforme Processo nº0008037/2018-58.

Porto Velho - RO, 14 de Junho de 2018.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 422/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 20 a 23/06/2018, ao servidor relacionado, que irá ministrar curso de Produção de Vídeo, no município de Alto Paraíso - RO, conforme Processo nº. 00008964/2018-40.

Matricula: 100004705
Nome: Alexandre Rolim Jorge Badra
Cargo: Jornalista
Lotação: Esc.Legislativo

Porto Velho - RO, 14 de Junho de 2018.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PRORROGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 019/2018/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 006565/2018-75

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, através da Comissão Permanente de Pregão - CPP, nomeada pelo **ATO Nº 2250/2017-SRH/P/ALE**, através de sua Pregoeira, vem a público comunicar a PRORROGAÇÃO da sessão pública de abertura do pregão supracitado, tendo como finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ar condicionado**, inicialmente marcada para o dia **28 de junho de 2018**, **foi prorrogada para o dia 02 de julho de 2018, às 9:00hs**, em face do Edital não ter sido disponibilizado em tempo hábil no site www.licitacoes-e.com.br.

Porto Velho-RO, 19 de junho de 2018.

Lourdes Terezinha Lena
Pregoeira ALE/RO